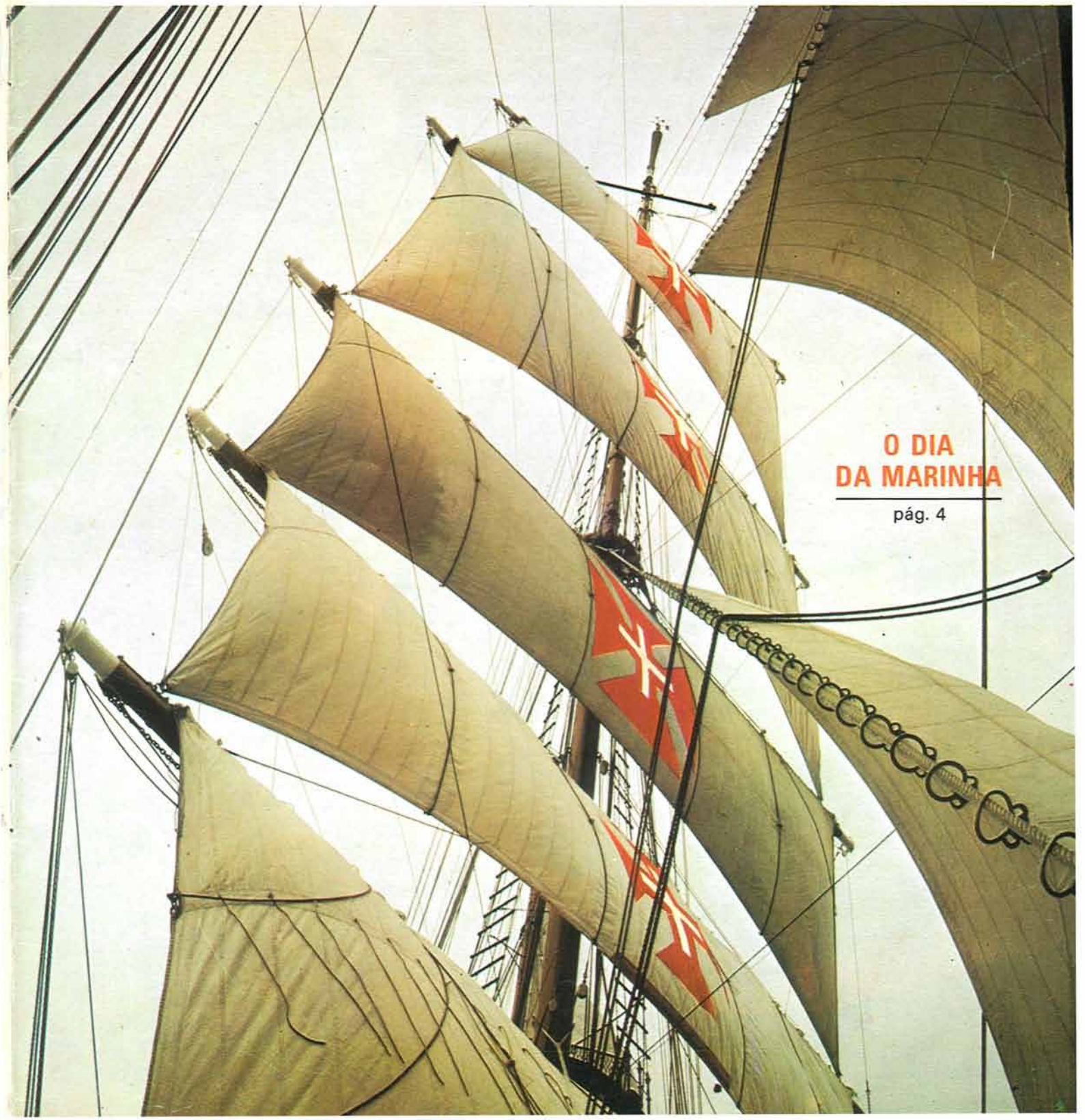
N.º 59/AGOSTO 1976/ANO VI

revista da ARMADA



O DIA DA MARINHA

pág. 4

Sumário

		Pág.
M. do Vale	**Nota de Abertura**	3
M. do Vale	**Dia da Marinha**	4
D. Barreiros	**A Marinha de hoje nos Marinheiros de ontem**	5
O. Lemos	**Ciências, Artes e Letras** Miguel Ângelo e o tema da Pietá	7
M. Horta	**Notícias Pessoais**	9
P. Machado	**Malassa**	10
S. Leite	**Soneto**	11
Vários	**Voz da Abita**	12
M. Fonseca	**Aviso «João de Lisboa» Volta ao Mundo 1940-42**	13
M. Horta	**O General Ramalho Eanes é o 14.º Presidente da República Portuguesa**	18
G. Brandão	**Filatelia**	20
S. Oliveira D. Barreiros	**Desporto**	22
S. Elpídio	**Terminologia Naval**	26
Vários	**Reportagem**	26
Vários	**Quarto de Folga**	32

REVISTA DA ARMADA
Publicação Oficial
da Marinha

Director e Editor:
Comodoro António Júlio Malheiro do Vale

Orientação gráfica:
Hernani Lopes

Publicação mensal

Propriedade
do Ministério da Marinha

Redacção e Administração
Praça do Comércio
Telefone: 36 89 60

N.º 59/AGOSTO 1976/ANO VI

Preço de venda avulso	5$00
Assinaturas anuais:	
Continente, Ilhas, Ultramar, Espanha e Brasil (via normal)	50$00
Estrangeiro, excepto Espanha e Brasil (via normal)	68$00
Ilhas (via aérea)	75$00
Ultramar (via aérea)	137$00

Na capa:

Hoje como ontem a Cruz de Cristo em velas portuguesas.

(Foto do 2.º-sarg. CM Ramiro Magalhães)

Execução gráfica:
LISGRÁFICA, Impressão e Artes Gráficas, S. A. R. L.

Nota de Abertura

SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Começo a escrever esta «Nota» em plena campanha eleitoral. Não sei quem Vossa Excelência é. Sei apenas que será um dos quatro candidatos ao lugar, aquele que vier a ser votado pela maioria dos Portugueses.
Conhecemos as enormes dificuldades que vai ter, dada a situação caótica de muitos sectores da vida nacional. Porém, e nunca é demais repeti-lo, Vossa Excelência dispõe de dois grandes trunfos: uma terra abençoada onde é um gosto viver e dá tudo que se lhe pede, e uma gente que, bem orientada, vale tanto como a própria terra.
Governe Vossa Excelência com justiça, com bondade e com alegria e, com a ajuda de todos, há-de salvar o País.

Acabo esta «Nota» já depois das eleições. Agora sei quem Vossa Excelência é. O Povo escolheu-o e tem fé em si. Que Deus o inspire e que lhe dê forças para levar esta velha Nau, que tantas tormentas tem aguentado, a porto de salvamento.
A «Revista da Armada» saúda Vossa Excelência, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho do cargo de Presidente da República.
Viva Portugal.

Com.

DIA DA MARINHA

Como se sabe, um Despacho Ministerial de 1969 fixou o dia 8 de Julho — dia da largada da Armada de Vasco da Gama para a Índia — como o «Dia da Marinha». Anteriormente não tinha data certa e era fixado anualmente. Com mais ou menos brilho, com mais ou menos destaque, a efeméride tem sido assinalada nas páginas da nossa Revista, todos os anos.

Para nós, porém, não interessa o lado espectacular das cerimónias, embora reconheçamos as suas vantagens, sobretudo na comunicação que estabelece entre a Marinha, o Povo e os outros ramos das Forças Armadas; para nós, interessa mais o seu lado espiritual pois é nesse dia, mais que em qualquer outro, que todos os marinheiros devem pensar naquilo que são, naquilo que representam e nas responsabilidades que têm. Somos em primeiro lugar militares, representamos a Nação nos países que visitamos e no confronto com marinhas estrangeiras; temos um passado que merece o respeito e a admiração de todos; temos enormes responsabilidades no presente e temos uma fé inabalável no futuro e nos destinos da Pátria. Queremos viver a profissão com dignidade e alegria; queremos continuar a merecer a simpatia da população; queremos contribuir para o progresso e o bem-estar do país e do mundo; queremos navios adequados às nossas missões; queremos estreitar os laços de amizade e cooperação com os camaradas dos outros ramos das Forças Armadas; queremos ser, acima de tudo, marinheiros. Marinheiros como foram os que levaram os navios de Vasco da Gama à Índia, como os que se bateram em África e no mar, como os que, quando a Marinha tinha asas redescobriram o Brasil... Queremos ser como a grande massa anónima dos que, com o seu porte, o seu saber e a sua modéstia, nos legaram um prestígio que temos obrigação de manter e transmitir intacto aos marinheiros do futuro.

M. Vale
Com.

A Marinha de Hoje nos Marinheiros de Ontem

(A propósito do alistamento de 1933)

Grupo dos «Filhos da Escola» de 1933 que confraternizaram no dia 5 de Maio passado.

Pensámos e repensámos no título a dar a este pequeno arrazoado. Depois surgiu. E ficou assim mesmo: «A Marinha de hoje nos Marinheiros de ontem».

*

Foi há pouco, numa noite quente de verão, em plena Praça dos Restauradores, saboreando um gelado da «Veneziana» que se encontraram alguns «Filhos da Escola» de 1933. Eram eles: Marques Romão, Carlos Graça, Horácio Teixeira, Domingos Lourenço, Marques Oliveira, José Barata, Alberto Alegria, João Lourenço e eu próprio, o «Filho da Escola» mais «marreta» que em tempos requereu o tratamento de «Neto da Escola», pretensão que lhe foi indeferida e continua, por conseguinte, a ser «Filho da Escola». Parece impossível mas é verdade. Ainda eu estava no mundo dos possíveis, só alguns anos mais tarde viria a nascer e já os mancebos de 1933 «batiam o tacão» na parada do velho Corpo de Marinheiros, no Alfeite. Mesmo assim fizeram-me «Filho da Escola». Sou-o na verdade e sinto-me com isso desvanecido.

Mas retomemos o fio à meada. Ali nos Restauradores está o escritório do Graça, no n.º 13-3.º. Subimos, falámos, rimos, chorámos. Houve de tudo um pouco já que uma gama de recordações provocava o contraste do riso e das lágrimas. Contudo, verdade seja dita, foi uma noite naval, uma noite da Marinha como poucas teremos vivido. E de líquidos havia ausência total. Até mesmo de água. Quem falava era o coração e não o álcool! Recordações frescas na memória de cada um. Recuou-se a Janeiro de 1933. E não faltou até quem puxasse do «Diário de Notícias» de então e recordasse as condições de alistamento para voluntários.

Eis algumas: Idade mínima 16 anos; habilitação mínima 4.ª classe; altura mínima 1,60 m; ser solteiro e ter qualquer ofício.

Pediam-se 300 voluntários nessas condições para juntar aos 172 recrutas. Mas, oh maravilha, em vez de 300 apareceram 8000 a dar resposta.

Perante tamanha crise de abundância o alistamento foi-se processando ao longo de vários meses, tendo alguns elementos sido incorporados pouco tempo antes do juramento de bandeira, realizado em 17 de Junho de 1933, na presença do Chefe do Estado.

A incorporação em várias «fornadas» não impediu, no entanto, que a todos os elementos fosse ministrada a preparação básica elementar. Os encómios dados pela Imprensa de então, mormente pelo «Diário de Notícias» dão-nos disso testemunho ao afirmar: «(...) Raras vezes nos tem sido dado observar, numa cerimónia banal de juramento de bandeira, tão bela e consoladora demonstração de valor profissional e de aperfeiçoamento militar, como aquela que 500 novos marinheiros ontem realizaram na Brigada do Alfeite, depois de terem jurado, perante o Chefe do Estado, defender a Pátria, a República e a Constituição».

E mesmo assim, apesar do bom aproveitamento da instrução, não faltou tempo, ao que parece, para as mais variadas peripécias que ainda hoje constituem motivo de belas recordações.

Entre elas salientam-se as referentes às sacas de carvão e as referentes à limpeza da piscina. Já todos sabiam que se al-

guém prevaricava tinha de «alombar» com sacas de carvão, às costas, das fragatas (mais conhecidas por faluas) para a cozinha ou então ia limpar a piscina existente na antiga coutada real onde hoje se situa a Força de Fuzileiros do Continente. Com muita «ronha» de permeio da parte de alguns, as sacas iam dando para todos, facto que a muitos descontentou.

A esse descontentamento, acrescida a heterogeneidade dos mancebos, se ficou devendo o levantamento de rancho quase no princípio da recruta.

A partir daí o curso de 1933 começava a ser olhado de soslaio e alguns pagaram caro no horrível Tarrafal.

Mas o tempo passou. E apesar dos reveses e contratempos, ainda hoje, volvidos 43 anos, os «Filhos da Escola» se reúnem para reviver o passado.

No encontro que tem lugar no primeiro domingo de Maio, o curso de 1933 revive, anualmente, os bons tempos passados na «Briosa».

Deve-se essa iniciativa a Carlos Ascenção Graça (n.º 6203), Jorge Figueiredo (n.º 6205), José Carlos Sousa Melo (n.º 6057) e Elísio Fernandes Morais (n.º 6199), já falecido, que em 1956 promoveram o primeiro encontro-convívio na Quinta de S. Vicente.

Continuaram a feliz iniciativa Horácio Saúde Teixeira (6159), Alberto Alegria Rodrigues (6029) e João Lourenço (6074).

E assim foi este ano. Manhã cedo, pelas 9 horas, já um bom número de «Filhos da Escola» se algomerava junto ao Convento do Bom Sucesso onde, pelas 10 horas, seria celebrada missa. A igreja estava repleta e a cerimónia decorreu com o brilho e entusiasmo que os «Filhos da Escola» primam em dar-lhe. Nem orquestra faltou! — lembrem-se que os maestros Marques Romão e Fortunato, bem como outros elementos da Banda da Armada são do curso de 1933.

Logo após, subiu-se a Calçada da Ajuda, até ao cemitério, a fim de ser depositada uma coroa de flores na sepultura de Gago Coutinho, patrono escolhido para o curso.

Pelas 13 horas, no Hotel da Torre, teve lugar o almoço de convívio.

Mais que almoço interessava a confraternização, como alguém diria. E foi verdadeiramente confraternização! Oficiais, professores, médicos, arquitectos, lavradores, industriais, bancários — sim, porque os «Filhos da Escola» pertencem hoje ao mais variado leque social —, vindos de Faro ou Leiria, do Porto ou Coimbra, do norte ou do sul do país, viveram congregados e unidos no mesmo espírito, recordando velhos tempos de marinheiro, numa palavras, vivendo a Marinha.

Era encantador presenciar as conversas amiúde entrecortadas.

— Lembras-te do dia em que chegámos ao Alfeite — perguntava um.

— Se lembro! E lembras-te do nosso primeiro vencimento?

— Sim, foram 31$70 — respondia outro.

— Lembras-te do «Porta-Aviões», do «Macaco» e do «Beicas»?

— Oh! È lembras-te também do «Marreco», do «Adamastor», do Baratinha, do João das Regras, do «Sete Sopas»?

Depois da missa e antes do almoço, foi deposta uma coroa de flores na sepultura do almirante Gago Coutinho, patrono do alistamento.

E, como que respondendo por todos, o «Vaga Morta», de nome Domingos Lourenço, bradou:

— Aquilo é que foram tempos!

Apelidos e alcunhas era coisa frequente entre a «malta», o que ainda hoje acontece.

— Quem se recorda daquele que para ir de licença apresentou sete vezes como motivo a morte do pai?!

Aqui houve gargalhada geral.

E de gargalhada em gargalhada, de recordação em recordação, iam vindo à baila as proezas de uns em Tânger, de outros na Índia, de aqueles nos confins do mundo... onde Vasco da Gama muito gostaria de ter chegado.

Enfim, um rosário de vivências, umas mais outras menos aprazíveis, mas todas elas reveladoras dos grandes laços de amizade que vencem as barreiras do tempo e perduram para sempre.

E quando aqui se fala de amizade, é de amizade sincera, já que estes marinheiros não conhecem outra.

Qué o diga quem viu dois desses marinheiros que de há muito se haviam zangado, de relações cortadas, caírem nos braços um do outro, chorando como crianças, fazendo as pazes, restabelecendo a velha amizade!

Se isso não bastasse para bendizer e incentivar os encontros-convívio entre antigos marinheiros, tínhamos o testemunho dum «Filho da Escola» de 1933, Horácio Saúde Teixeira, que num maravilhoso álbum sobre as confraternizações do seu curso deixou escrito a letras de ouro, na primeira página, o seguinte: «Filho da Escola», tem esta oferta simplesmente a finalidade de recordar a velha amizade, e não outra coisa, que sempre nos uniu desde o longínquo ano de 1933.»

Este álbum destina-se a ser entregue no Museu de Marinha pelos últimos cinco sobreviventes. Como é compreensível, este álbum destina-se exclusivamente à reportagem fotográfica e noticiosa das reuniões anuais de convívio do recrutamento de 1933 da Marinha de Guerra Portuguesa.

Nele apenas será arquivado o seguinte:

1.º — Uma fotografia dos «Filhos da Escola» em grupo.

2.º — Reportagem de toda a Imprensa, se possível.

3.º — Uma fotografia do aspecto do almoço que consiga abranger pelo menos 60% dos «Filhos da Escola».

4.º — Uma fotografia da missa de sufrágio por alma dos «Filhos da Escola» já falecidos.
5.º — Uma fotografia da romagem ao túmulo do saudoso almirante Gago Coutinho, patrono do recrutamento.
6.º — Uma fotografia, em grupo, dos «Filhos da Escola» com as respectivas esposas.»

Perante este amor e esta dedicação à Marinha apetece perguntar:

Qual o encantamento que a Marinha possui? Qual o seu feitiço?

Será o sal do mar que assim retempera os marinheiros?

Será o fragor das ondas que assim os une?

Será o baloiçar dos navios que assim os torna firmes?

O que é, não sabemos. Mas uma coisa é certa: quem alguma vez passou pela Marinha jamais poderá esquecer o mar, as ondas, os navios.

Dos 454 elementos de 1933 já faleceram, segundo fiel informação, cerca de 100. Outros foram para longes terras, não se sabendo do seu paradeiro.

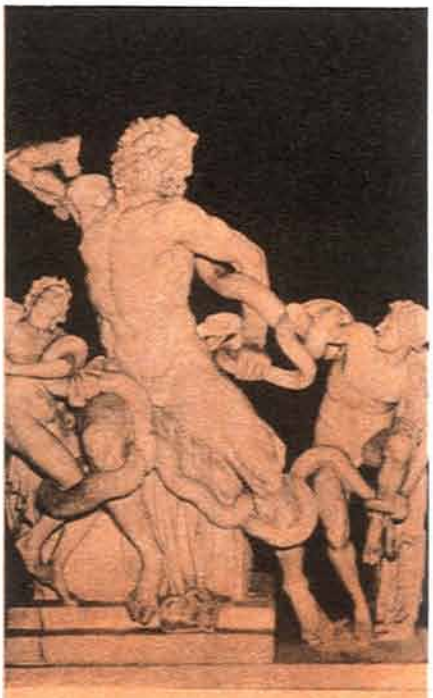
Dos que se conhece a morada, ou seja, cerca de 170, aparece no convívio a maioria levando consigo as famílias.

O que é que faz, perguntamos de novo, que quase todos os elementos vivos ainda hoje se encontrem anualmente?

Responda quem souber. Os «Filhos da Escola» de 1933 já responderam. Eles viveram a Marinha. Eles ainda hoje vivem a Marinha. Daí que a Marinha de hoje, ou a Marinha de sempre, jamais possa deixar de ser dos marinheiros de ontem.

Delmar Barreiros
Capelão graduado em 1.º ten.

Ciências Artes e Letras



«Laocoonte» (braço original).

Miguel Ângelo e o tema da Pietá

Nascido em 6 de Março de 1475 no apogeu da Renascença Italiana, Miguel Ângelo Buonarroti é, pela obra que deixou, e pelo ecletismo da sua natureza artística (simultaneamente pintor, escultor e arquitecto) a figura mais grandiosa de toda a história da arte. Emergindo do inspirado «quatrocento» italiano porá ponto final no Renascimento e lançará os alicerces de uma nova época artística — o Barroco.

À serena e harmoniosa calma de um Donatello, lembrando o período clássico grego em que a dignidade, a inteligência e o sentimento formam acorde perfeito, irá contrapôr a conturbação e a ansiedade da época helenística post-alexandrina em cujo barroquismo e amaneiramento se denuncia já a decadência dessa arte dá razão e da sensibilidade que atingiria com os gregos a mais alta perfeição.

O «Laocoonte», grupo escultórico helenístico descoberto casualmente durante a cava de uma vinha numa propriedade de um cardeal, impressionou-o profundamente. Miguel Ângelo situava-se, por temperamento e desde a juventude, no clima estético barroquista. A agitação dos momentos dramáticos na expressão da sua máxima intensidade interessava-o sobremaneira e cedo começou a animar a pedra com o tumulto vertiginoso dos grandes dramas ou com a expressão patética dos grandes sofrimentos. Daí o ser especialmente sensível ao tema da Pietá em que, no calvário da dor indisível, a mãe recebe nos seus braços o corpo inerte do filho crucificado. Tratou-o por diversas vezes, seja na expressão resignada de quem, muito embora vergada pela dor, aceita a vontade divina, seja na atitude mais humana do desespero e

abatimento de quem já não tem forças para suportar tamanha dor.

À majestade voluntariosa e dominadora de um «Moisés» e à revolta convulsiva dos «Escravos» contrapõe Miguel Ângelo nas suas «Pietá», a contenção do gesto e a transparência dos sentimentos através do «rictus», do olhar ou da atitude.

Miguel Ângelo nunca conheceu essa tranquila beatitude do artista que se sente realizado na sua obra e inserido com plena satisfação na sociedade do seu tempo.

Foi também poeta — de não pequeno mérito — e é justamente através dos seus poemas que conhecemos um pouco da agitação interior que o atormentava. À «Estátua da Noite» faz ele dizer, auto-retratando-se num soneto: «Não me acordes; é-me mais agradável dormir; gosto mais de ser de pedra...» enquanto a sua natureza antinómica se revela nestes versos: «o coração é de enxofre e a carne de estopa» (...) «destinados ao fogo».

Nunca percorreu os caminhos fáceis quer da vida quer da fama; atravessou sempre uma e outra por entre tempestades, tortuosidades e desenganos que lhe trouxeram deste mundo a sensação de um trágico desencanto que o acompanhou até à cova.

«Pietá» de Palestrina. Miguel Ângelo.

«Pietá» de Miguel Ângelo.

Se intentamos conhecer o artista, quer por dentro quer por fora, a sua obra no-lo mostrará aqui e além onde uma ou outra vez a obra é ele.

Isso acontece por exemplo no seu colossal David. Quando a estátua foi colocada no pedestal, após quatro dias de esforços, Miguel Ângelo tinha 29 anos. Num dos desenhos para o estudo da obra aponta esta confissão que, no seu laconismo, diz tudo: «David com a funda e eu com o arco...». A estátua é realmente a de um Miguel Ângelo com 29 anos, na força da vida, capaz de vencer todos os obstáculos que lhe surjam no caminho.

Na margem oposta do campo da vida, onde tantas batalhas travara, surge essa outra figura vergada ao peso dos anos — S. José de Arimateia da Pietá da Igreja de Florença. Miguel Ângelo tinha 89 anos quando começou a esculpi-la, tendo ficado inacabada. A imagem que de si deixou é a de um velho, testemunha de um drama que é a morte do Redentor — ele que fôra testemunha da constante morte de si próprio na procura do impossível pela sua vontade indomável de vencer e pela raiva surda de sempre conseguir. Dir-se-ia que essa mesma vontade, esse pronto entusiasmo cresciam na razão directa das dificuldades que tinha de vencer, exigindo sempre e cada vez mais de si próprio. Para Miguel Ângelo o impossível era um desafio. Por vezes as forças fraquejavam-lhe e dominava-o a incerteza de chegar ao fim, sentindo que a vida era curta para os empreendimentos que sonhava. Inquieto, sombrio, enigmático, levou uma vida solitária — às vezes a sós, anos inteiros com a sua obra, como aconteceu na capela Sistina. O seu temperamento, ardente e sensual, debatia-se entre as solicitações do mundo e da carne e a imposição moral e religiosa da renúncia. Dilacerado entre a voluptuosidade e o remorso, entre a paixão e a ascese, tem crises de abatimento e sente que a sua alma é presa do mal e caminha para a morte. A presença deste sentimento de morte como consequência do pecado aparece como uma constante do seu pensamento e da sua arte. É ele mesmo que confessa: «Não nasce em mim um só sentimento em que não esteja gravada a imagem da morte».

Miguel Ângelo tratou várias vezes o tema da «Pietá».

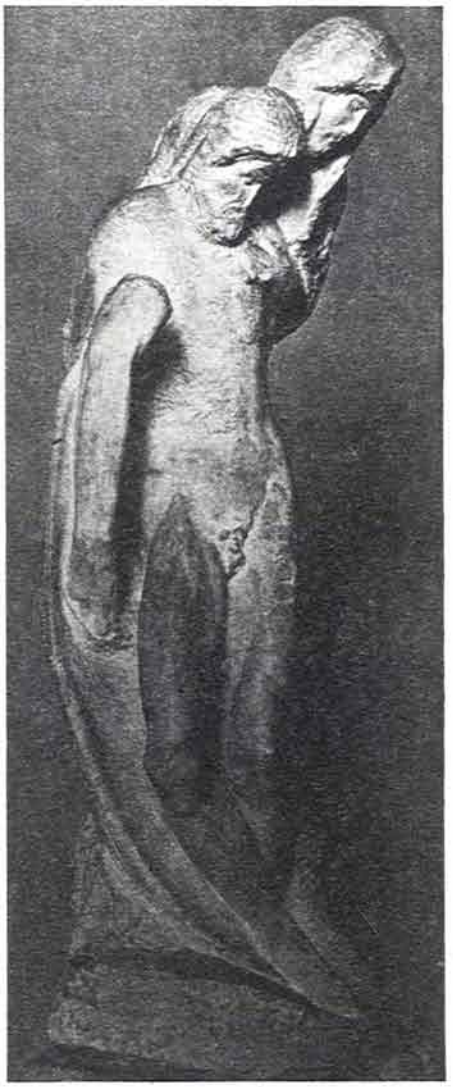
A de S. Pedro de Roma é uma obra de índole clássica onde a dor se fez resignação, sem recurso a expressões de tipo patético e agitado, tão do seu agrado noutras composições. O abandono do corpo de Cristo e o gesto oblativo de quem o eferece como vítima, sem interrogações na alma e sem revolta, conferem a esse grupo a grandeza moral das grandes opções — «faça-se a Tua vontade».

«Pietá» — Domo de Florença. Miguel Ângelo.

Na Pietá de Palestrina da galeria da Academia, em Florença, há um outro ritmo mais dramático das figuras. É sensível, no corpo de Cristo, o peso da morte; peso desmedido para as forças dos pobres mortais que o descem da cruz. Há todo um sentimento de aniquilação nessa figura de Cristo, magnificamente esculpida. Aqui, o patético é a tónica; há uma sensação de peso da morte e desalento tão grandes que dir-se-ia que Cristo não renasceria para a ressurreição. A morte domina de facto a composição.

A Pietá do «Domo» de Florença, esculpida quando Miguel Ângelo dizia adeus ao mundo é de diferente conteúdo sentimental. O grupo escultórico é animado por uma tocante humanidade. A figura de S. José de Arimateia é a de um Miguel Ângelo que contemplasse com os seus olhos humanos o fim de si próprio. Há um calor afectivo de uma inefável humanidade em cada gesto. O corpo morto e inerte de Cristo está rodeado do amor dos que mais lhe querem e que não o escondem nessa hora de dor. Não é a «Pietá» da eternidade — é a Pietá daquele humaníssimo momento.

Por fim, que dizer dessa outra escultura controversa — a Pietá Rondanini do museu municipal de Milão? Seria necessário esperar quatro séculos para ter qualquer coisa de semelhante, desta vez através do cinzel de Rodin. Com esta escultura, Miguel Ângelo abre as portas a uma arte ainda não sonhada; num gesto profético, indica e aponta novos caminhos formais e esboça conceitos estéticos que se projectarão no futuro. Só o génio é capaz de vencer o tempo desta forma. O cinzel arranca febrilmente da pedra, sem preocupação de pormenor, a forma essencial — o gesto e a atitude que, com a máxima economia de meios, traduza o máximo do que interessa. Nesse augusto arco de pedra se cristaliza, em toda a sua austeridade e nudez, a grandeza do sacrifício máximo. É um Deus, não apenas na humildade da sua morte humana, com que se mostra ao mundo, mas também na premonição dessa transfiguração que o há-de tornar vivo para sempre. São já conceitos de uma nova ordem estética, onde a abstracção predomina, que levaram Miguel Ângelo a mostrar-nos apenas o que está por dentro das coisas e a sua Pietá resultou, por esse facto, mais alma que corpo, mais aquilo que na realidade é.



«Pietá» Rondanini. Miguel Ângelo.

O. Lemos
Cap.-frag.

Notícias Pessoais

CASAMENTOS

Temos o prazer de anunciar o matrimónio dos seguintes camaradas, aos quais desejamos as maiores felicidades:

1.º-ten. Mário Afonso Pereira de Lima com D. Maria Luísa Albuquerque Trigoso, em 12-6-76.

1.º-sarg. E Manuel Moreira da Silva com D. Maria Hermínia Cruz, em 29-5-76.

2.º-sarg. ARE João Manuel Borba Caldeira com D. Fernanda da Conçeição Martins Rato, em 23-5-76.

2.º-sarg. ARE Fernando Pedroso de Matos com D. Lucília de Azevedo, em 6-6-76.

1408/68/Cabo E António da Silva Teixeira com D. Rosa Maria Antunes Guerra, em 19-5-76.

1024/72/Mar. TFD Jorge Manuel Farinha Simão com D. Maria Antónia Gonçalves, em 8-5-76.

573/75/2.º-gr. CM Eduardo Barroso Alves com D. Maria Adélia Gomes de Sousa, em 8-5-76.

918/75/2.º-gr. M Nélson Manuel Gonçalves Fernandes com D. Maria Costa Martins, em 2-5-76.

1446/75/2.º-gr. L Filipe Jorge Pedroso Ruas com D. Maria Leonor da Silva Henriques, em 8-5-76.

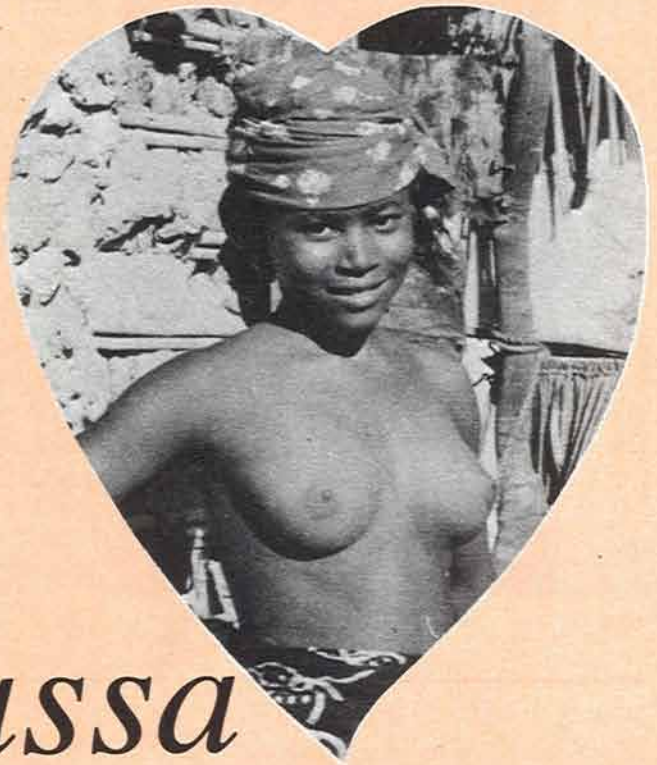
PASSAGENS À RESERVA

Sarg.-aj. M Vitoriano Augusto Gomes, em 30-6-76.
1.º-sarg. E Manuel Vieira, em 30-6-76.
1.º-sarg. L Manuel Filipe Vicente, em 30-6-76.
1.º-sarg. CM José Vitoriano Monteiro, em 30-6-76.
1.º-sarg. E Manuel Marques Dias, em 30-6-76.

FALECIMENTOS

É com desgosto que anunciamos o falecimento dos seguintes camaradas, a cujas famílias apresentamos sentidas condolências:

Cap.-m.-g. RF Pedro Raimundo Martins Magalhães, em 25-6-76.
1.º-ten. SG RF António José Rodrigues de Abreu, em 6-6-76.
Sarg.-aj. CM RF Joaquim Pinto Leão, em 9-5-76.
1.º-sarg. L Manuel Alves Pereira, em 26-6-76.
684/67/Cabo CM Jacinto António Gonçalves, em 29-6-76.
2330/Mar. C RA Joaquim Vítor Custódio, em 13-5-76.
925/70/Mar. L Joaquim Mariano Campanhico Gameiro, em 4-6-76.
Joaquim Vital, faroleiro de 1.ª classe do Q.P.M.M., em 9-6-76.



Malassa

Não sei porquê, estava tudo calmo. Não fazia frio nem o calor apertava os corpos. Não apetecia beber e o cheiro da comida ao lume nenhuma delícia despertava. Todos os homens do posto do Lungué-Bungo pareciam vendedores ambulantes de pastilhas elásticas, pois nesse dia limitavam-se a roçar as costas pelas paredes, num ar triste de mistério, saudade e pena.

Era ÁFRICA, e quando em África se está assim é porque se espera que qualquer coisa venha ao nosso encontro.

Desde a instalação dos FUZOS neste acampamento, que o êxodo das amedrontadas populações para a mata se tornou reversível, alicerçando-se o oásis bem animador que é hoje este pequeno clã.

Os indígenas tocaram os seus tambores de paz para pôr termo à fuga desordenada e, através das matas densas, o som reconfortante da estabilidade e da segurança foi ouvido por quantos o quizeram fazer.

Nos confins do tempo e de Angola, o nosso posto é nitidamente um baluarte do bem-querer, a jangada sempre pronta a que qualquer náufrago da ideologia errada se pode agarrar. Rodeado de uma população de mil almas de corpos bem negros, representa o poder espiritual e corporal da lei e da ordem na mistificação da guerra. É a casa-mãe daquele feudo sobrevivente, cujo senhor se alimenta da convicção, dever e possível justiça humana.

É que mesmo nos confins do mundo se pode dar e receber, se pode amar e morrer, se pode convencer e chorar de raiva por não convencer.

Pois nessa tarde de calmaria, o grande soba negro com características alpergatas de indefinida cor de lama, sarro e anos, uma camisa de nylon castanho que nunca conheceu sabão e uns longos calções de caqui colonial parou, gravemente, junto de mim.

Respirou aflitivamente duas vezes, libertando um fumo denso misturado de um terrível hálito a dêndês, mel, mandioca e cachipenda.

Que eu me lembre foi a primeira vez que não sorriu. Uma jovem agonizava na cubata e eu tinha de a salvar.
Tomadas as providências, todo o pessoal foi accionado pela mola da expectativa e curiosidade, respirando o ar com força e perscrutando a chama alegre com olhos piscos de concentração e esperança.

O jeep regressou pouco depois, ocupado com faces gravadas de seriedade e resignação, enquanto lá atrás, pernas abertas e olhos fechados, untada de suor e pó, jazia a Malassa, a doce Malassa do quimbo, para a sua última viagem.

Nha Malassa Maquinisha era uma jovem negra de pele brilhante, narinas grandes, dentes bem afiados em cunha e uns peitos largos e cheios; consolava todo o mundo, alheia a raças ou moedas, com a virgindade do sangue a espumar de alegria e amor.
Era a Malassa do quimbo que todos os dias se saracoteava pelas avenidas frondosas de barro batido ou levantava as saias nas doces margens do rio, na faina de lavar roupa, e fazia revirar os olhos de todos os homens e falar as línguas de todas as mulheres.

Num dos seus devaneios amorosos, achou graça às longas barbas morenas, a prolongarem um olhar mortiço, de um Fuzileiro que era novo, forte e amigo das raparigas.
Ela dava-lhe os seus encantos, os seus doces favores, a sua boca de mel, a sua pele de cobre esbatido, sempre generosa, sempre a sorrir, sempre a sonhar.

Ele dava-lhe sacos de peixe, vestidos às pintinhas, mil colares e alfinetes, a protecção das suas barbas de homem bom e a amizade e força da sua juventude, do seu isolamento, da sua missão.
A pouco e pouco a Malassa esquivava-se a toda a gente, sorrindo de vaidade e troça da cobiça alheia, para piscar o olho, num trejeito de brejeirice, ao seu Fuzileiro, ao seu Homem. Ficou mais vistosa e mais bonita e o espampanante «soutien» de chita esvoaçava, quase, no seu decote, enquanto as redondas saias giravam a tornear as pernas morenas, ao compasso da silenciosa música que sempre se ouvia ao ela passar.

Tinha marido, tinha homem, tinha vida.
E como amor chama amor, a doce Malassa quis guardar, para os amargos anos da velhice, a recordação daquele paraíso e daquele seu homem da guerra, que chega e parte. E assim o seu ventre foi arredondando até o andar saracoteado deixar de revirar os olhos aos homens, embora fizesse falar muito mais as línguas das mulheres.
E, ali estirada, aguardava a vinda desse filho, gerado no amor dos corpos e na comunhão das almas, que era filho dela, do homem, de Deus e de todos nós.

Mas tudo falhou.
A Malassa morreu como devia morrer, de parto, e viveu como devia viver, de Amor.
Mas cá ficou no mundo a semente café com leite da união dos corações vitalizantes de força e coragem, a gritar os primeiros sons, enquanto nós, alheios a tudo, nos vergámos ao poder da morte e chorámos lágrimas de impotência e de saudade.
Que Deus te proteja, Malassa bonita, pois geraste na guerra a semente da Paz e do Amor. Malassa bonita.

Pinto Machado
1.º-ten.

SONETO

Por onde fores, amor, irei contigo.
Ainda que não seja desejada
e minhas mãos se fechem sobre o nada;
estar junto a ti será doce castigo.

Serei a tua água e o teu trigo,
a chuva mansa que te afaga o rosto;
a paz e a doçura do sol-posto,
o lar ao fim da estrada, o cão amigo.

E quando já vencido pelo cansaço,
a cabeça deitada em meu regaço,
adormeceres feliz e indiferente,

nem a mais leve sombra de amargura
virá toldar a luz desta ternura,
que amar é, sobretudo, dar-se a gente.

Maria Emília de Sousa Leite
Biblioteca Central da Marinha

Voz da Abita

De António S. Leandro, ex-mar. FZ, do Porto, voltámos a receber uma carta de que transcrevemos:

«Li com atenção a resposta às minhas perguntas e embora não estando de acordo na sua totalidade, agradeço a honestidade com que as reproduziram. É sinal de que a Revista vai no bom caminho.

«Volto a escrever sobre o mesmo assunto esperando voltar a receber o bom acolhimento, embora reconheça que estou 'metendo foice em seara alheia' e com todo o respeito que devo a V. Ex.ª digo em que pontos não estou de acordo:

«1.º – Nem todas as praças têm possibilidades, por esta ou aquela razão, de aproveitar esses cursos especiais, sendo totalmente impossível satisfazer todos, pois certamente todos queriam.

«O que me parece razoável é que um fuzileiro, um fogueiro, radiotelegrafista, etc., tenham acesso por exemplo a sargento dessas especialidades, uma vez que para isso estejam habilitados com os respectivos cursos, sem necessidade de vagas. Promoções sim, mas por diuturnidades de classes.

«Como V. Ex.ª sabe, actualmente é impossível haver vagas para todos. Ora aqueles que deram o melhor da sua juventude à profissão que abraçaram não têm vagas e como tal não há promoção. Conheço alguns ex-camaradas e amigos que têm os cursos há já bastantes anos e não foram promovidos, enquanto que outros, dos mesmos recrutamentos, com as mesmas aptidões, só porque tiveram a sorte de ir para especialidades que dão vagas, usufruem de regalias monetárias e sociais superiores.

«2.º – Sobre o uso do alcaixa, não me referia à vergonha de o usar, sim a vencimentos, regalias, tratamentos e até comentários da própria família e amigos por nunca mais passar de marinheiro ou cabo. (...)».

* * *

Do nosso assinante e colaborador desde os primeiros números, Agostinho Fardilha, ex-mar. L, de Esmoriz, recebemos uma carta onde aborda o assunto da venda da antiga «Sagres», de que transcrevemos:

«Esmoriz, 31 de Maio de 1976.

«Ao ler a revista de Maio, tomei conhecimento da notícia da possível venda para a sucata do 'Santo André' e das conversações entabuladas para a venda ou recuperação do referido navio.

«Durante o meu tempo de marujo, fui dois anos 'vizinho' daquele veleiro (?) ao qual apelidavam de 'aldeia dos macacos' ou 'paraíso dos ratos', o que quer dizer muito àcerca do estado em que o mesmo se encontrava.

«Não me compete julgar a despesa que dá, actualmente, ou a que dará a sua reconstrução, nem mesmo os pergaminhos históricos que possam atribuir ao 'Santo André'.

«Compete-me, isso sim, como português compenetrado e ciente do caos económico e das extremas necessidades do País, dizer que esta não é a altura ideal para 'deitar ao mar' – largas dezenas de milhões de escudos – para me reportar às palavras insertas na Revista, com a reparação (ou reconstrução?) do 'Santo André'.

«Daqui, pois, do meu modesto posto de trabalhador, vai a mais viva repulsa pela perspectiva de ver utilizar-se, de maneira tão inútil, uma soma verdadeiramente astronómica, atendendo à situação do País, num empreendimento do qual não advirá qualquer benefício para o português, povo.

«Gostaria, e de que maneira, que tivéssemos uma Marinha como os E. U. A., a França ou a Inglaterra; todavia essa alegria é-me vedada porque Portugal não é igualmente um País com os recursos económicos de qualquer daqueles. Por isso é que os portugueses, e muito mais os responsáveis, devem ter presente que umas dezenas largas de milhões de escudos, podem, não, devem ser empregues, não em obras de fachada ou de bom tom, mas em obras cujos benefícios todo o povo possa colher.

«Parabéns ao sr. comodoro Silva Horta por ter a coragem e o bom senso de pôr as coisas no devido lugar (...)».

* * *

ALMOÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO DA GUARNIÇÃO DO «GONÇALVES ZARCO» NA COMISSÃO NO EXTREMO ORIENTE EM 1962/64

Os interessados em tomar parte deverão inscrever-se, por escrito ou telefonicamente (37 04 58), na Secretaria da «Revista da Armada». Em princípio o almoço realizar-se-á em 16 de Outubro próximo.

MARINHEIROS DE POMBAL

Realiza-se no dia 28-8-76, pela segunda vez, a festa de confraternização dos marinheiros do concelho de Pombal, a qual consta de um desafio de futebol, no Estádio Municipal de Pombal, uma romagem ao cemitério visitando as campas dos marinheiros já falecidos, nas quais serão depostos ramos de flores, e almoço.

As inscrições estão abertas até ao dia 20-8-76, podendo ser feitas, por escrito ou pessoalmente, para: João Leitão Marques – Rua do Seixo, n.º 19 – Pombal.

Nos «Anais do Clube Militar Naval» de Outubro/Dezembro de 1975, na sua «Crónica da Armada» e a propósito da «Presença Naval em Timor», lê-se: «(...) é de novo a corveta «Afonso Cerqueira» o primeiro navio de guerra português, depois do cruzador «S. Gabriel», a efectuar uma viagem de circum-navegação em missão que não de instrução.»

Esta notícia, certamente por lapso do cronista dos Anais, não corresponde inteiramente à verdade. De facto, a seguir ao «S. Gabriel», que fez a viagem entre 11-12-1909 e 20-4-1911, navegando de Leste para Oeste pelo estreito de Magalhães (o canal do Panamá só abriu ao serviço em 1914) e regressando pelo Cabo da Boa Esperança, foi o «João de Lisboa» o primeiro navio de guerra que efectuou outra viagem de circum-navegação. É curioso registar, ter sido o «S. Gabriel», o primeiro navio português equipado com uma instalação de T. S. F. que, naquela viagem, utilizou com muito sucesso.

A corveta «Afonso Cerqueira» que atravessou o canal do Panamá, vindo do Oceano Pacífico, só terminou a viagem em 11-3-1976, quase 24 anos, portanto, depois do «João de Lisboa», que a realizou em 1940/1942. Mesmo em missão de instrução, não foi feita qualquer outra viagem de circum-navegação. A do «Afonso de Albuquerque», iniciada em 1960 e a que parece também aludir a mesma crónica, ainda que planeada para volta ao Mundo, não se completou, por o navio ter ficado na Índia Portuguesa e ali ter sido abatido em 1961.

Para complemento destes esclarecimentos, e por nos parecer poder ter algum interesse futuro como subsídio histórico das andanças dos nossos navios de guerra por todos os mares, propomo-nos relatar, nas suas linhas gerais, a referida viagem do «João de Lisboa».

Inicialmente previsto para ter o nome de «Infante D. Henrique», este navio, projectado pelo engenheiro construtor naval capitão-de-fragata Silvério Coelho de Sousa Mendes, foi a última construção naval levada a efeito no antigo Arsenal da Marinha, sensivelmente no local onde hoje estão o parque de automóveis do Ministério da Marinha e a Avenida da Ribeira das Naus. Lançado à água no dia 21 de Maio de 1936, de forma pouco vulgar e com certa ansiedade, pois a descida iniciou-se com independência (antes da hora e de moto próprio...), entrou ao serviço da Armada em 23 de Outubro de 1937, e foi abatido ao efectivo em 17 de Agosto de 1966.

Tinha 107 homens de guarnição normal, 1238 toneladas de deslocamento, 71,42 metros de comprimento e 12,5 nós de velocidade de cruzeiro. O seu armamento compreendia duas peças de 120 mm, duas de 47 mm, quatro metralhadoras de 40 mm e dois lança-bombas de profundidade.

A sua primeira viagem foi o Périplo de África, em instrução de guarda-marinhas, com início no dia 4-11-1937 e fim a 22 de Abril do ano seguinte. A segunda grande viagem, iniciada em 18-2-1939 e terminada em 10-5-1940, incluiu uma comissão de cerca de sete meses em Macau, com ida pelo Suez e regresso pelo Cabo da Boa Esperança. A de circum-navegação, que nos propusemos relatar, começou aproximadamente seis meses depois daquela, ou seja, em fins de 1940.

CONDICIONAMENTOS POLÍTICOS E MILITARES DA ÉPOCA

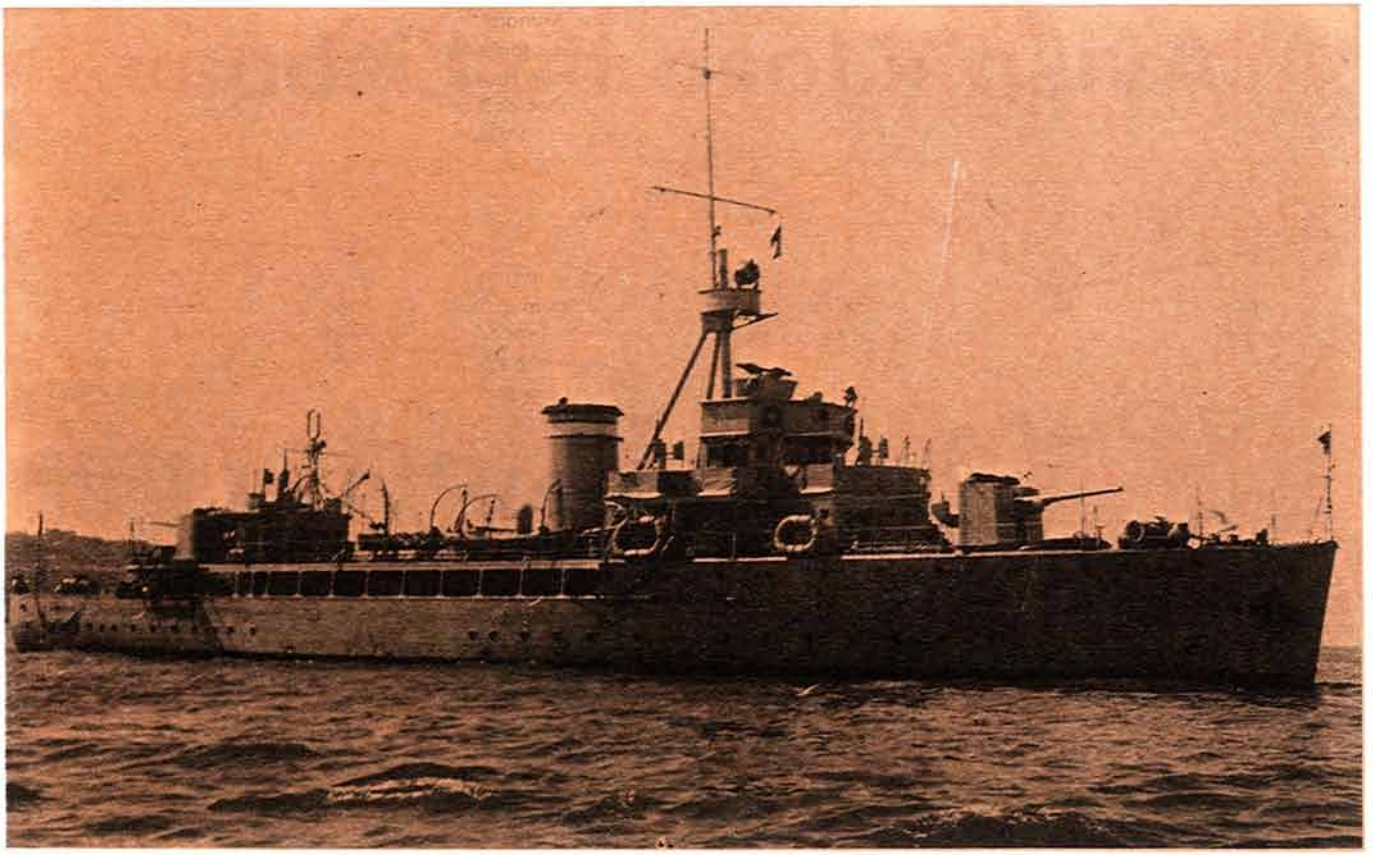
Estava-se então em plena Segunda Guerra Mundial, que havia deflagrado em Setembro do ano anterior, vivendo-se assim um clima naturalmente influenciado pelas vicissitudes de um conflito militar generalizado. Incertezas militares, políticas, económicas e sociais, pairavam sobre os destinos das nações.

Em Portugal, a política dúbia dos governantes, germanófilos de coração e anglófilos por compromissos contratuais e condicionamentos geopolíticos, mais complicava e confundia o ambiente.

Todavia, após o desembarque dos ingleses, em Outubro de 1943, na ilha Terceira e mais tarde também dos americanos, no mesmo local, para ampliarem e utilizarem as pistas e o aeroporto das Lajes, a política externa portuguesa tornou-se mais clara. Os anglo-saxónicos, entre outros gestos de agradecimento pelas facilidades concedidas, pintaram com letras grandes e brancas, na proa do primeiro navio que atracou ao Porto Pipas, em Angra do Heroísmo, as palavras «Viva Salazar» e, terminada a guerra, distribuiram medalhas aos que com maior entusiasmo os tinham servido, no grupo dos quais se encontravam, «por acaso», todos os que mais aguerridamente os combatiam, antes da sua chegada aos Açores...

De qualquer modo, internamente, o ambiente político em Portugal pouco se alterou.

A Armada não podia, obviamente, conservar-se estanque a esse preocupante e confuso estado de coisas, tanto mais que, por pouca sorte, era então governada por um ministro prepotente e salazarista fanático. A sua acção arbitrária e perniciosa, muito se fez sentir a todos os níveis da Marinha de Guerra. O receio de



Aviso de 2.ª classe «João de Lisboa».

denúncia pairava nos espíritos menos afoitos. Um oficial foi punido por ter sido levado ao conhecimento do ministro que, durante um almoço numa unidade em terra, se havia referido de forma incorrecta a um seu ex-comandante. E hoje, passados que vão mais de 30 anos, pelo menos, uma das suas repressivas determinações, ainda sobrevive. Queremos referir-nos, à que reduz a 60%, o vencimento dos oficiais que excedam 30 dias de permanência na 1.ª Repartição da Direcção do Serviço de Pessoal sem que lhe seja atribuída qualquer comissão. É certo que, desde há muitos anos, que nós saibamos, não tem sido utilizada. Mas a ameaça persiste...

Sugeridos assim, ainda que muito palidamente, os condicionamentos político-militares da época, que muita influência tiveram na vivência a bordo durante a viagem de circum-navegação, passemos ao relato.

O navio largou de Lisboa, em 21 de Novembro de 1940. O quadro da Fig. 1 e o mapa do cabeçalho deste artigo ilustram a derrota feita.

ESTADIA NOS AÇORES

Admitia-se que o navio iria permanecer nos Açores por longo período. Todavia, só ali estacionou pouco mais de três meses, quase sempre na Horta. Não existiam, à data, nem planos, nem instruções para a viagem a Macau. O regresso pelo canal do Panamá também não fora previsto, tendo apenas resultado da situação de guerra, como adiante se referirá.

Enquanto na Horta, e porque se fala agora tanto em separatismo dos Açores, cabe aqui registar, o quanto nos sensibilizou a vocação democrática dos açoreanos daquelas bandas. Era vulgar verem-se no mesmo recinto de diversões, ou de dança, desde o grumete ao comandante e do pedreiro ao professor ou ao médico. Conta-se que um nosso camarada, quando há alguns anos atrás tinha acabado de chegar e tomado posse do cargo de director da Estação Radionaval da Horta, ficara surpreendido ao ver, a seu lado, no clube mais chique da terra, o motorista que pouco antes o havia transportado de táxi. Depois habituou-se. Nós próprios, mais tarde, em 1943, quando em visita de serviço à ilha Graciosa, reparámos que fomos servidos numa pensão, ao almoço, pelo mesmo indivíduo que, ao jantar, se sentou na mesma mesa e ao nosso lado. Isto há mais de 30 anos!

Posteriormente tive ainda ocasião de confirmar que, apenas com a ressalva de algumas reservas aristocráticas nas cidades de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, o povo açoreano é, de há muito, e bem vincadamente, socialmente progressista. O primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, era natural da Horta.

Com as recordações dos agradáveis tempos ali passados, se misturam ainda, bem gravados na nossa memória, as belas vistas que do navio, nos ofereciam o Pico e os alegres matízes citadinos e seus arredores. Pena foi, que aquelas «antipáticas» palmeiras do largo fronteiro ao cais, tivessem teimosamente ocultado, na hora da partida, a visibilidade do binóculo que, da ponte, ansiosamente perscrutava janela com pressuposto lenço acenando a dizer adeus...

DOS AÇORES A MACAU

Em S. Vicente de Cabo Verde (Mindelo), terra muito querida dos marinheiros pelo bom trato e simpatia das gentes, do folclore crioulo, da morna e do celebérrimo «baile nacional» (as «coladeiras» ainda não tinham aparecido), completou-se a guarnição dos oficiais, que ficou assim constituída:

Comandante, capitão-de-fragata Américo Pereira dos Santos Cabral; imediato, primeiro-tenente António da Cunha Aragão; chefe do Serviço de Máquinas, 1.º-tenente EMQ João Maria Alegria; chefe do Serviço de Saúde, 2.º-tenente MN António Paiva e Costa; chefe do Serviço de Abastecimento, 2.º-tenente AN Albino Rodrigues Correia; chefe do Serviço de Comunicações, 2.º-tenente José da Cruz Moura da Fonseca; chefe do Serviço de Artilharia, 2.º-tenente José Maria de Albuquerque da Costa Corte Real; chefe do Serviço de Electricidade, 2.º-tenente Amadeu de

Carvalho Andrade; chefe do Serviço de Navegação, 2.°-tenente Manuel Falcão Alves Dinis.

*

De S. Vicente até Lourenço Marques, com escala no Lobito tudo foi normal, navegação, tempo e até, como de costume, mar agitado na dobra do Cabo da Boa Esperança. Depois de curta e agradável estadia em Lourenço Marques, o navio largou para Batávia, com escala por Moçambique para reduzir a tirada. Nesta singradura, além da monotonia dos quartos e da vida de bordo, apenas de salientar a imponência da ilha de Krakatôa e do seu vulcão. Em Batávia, cruzámos com o aviso «Gonçalo Velho» que regressava de comissão em Macau. De uma festa nocturna em casa de uma princesa javanesa, para onde fomos convidados por um camarada holandês, além das gratas recordações da recepção, não mais esquecemos o ineditismo do cerimonial da entrada. O chão era de laca e para o não maltratar, tivemos que nos descalçar e permanecer em peúgas. Correram boatos de que um oficial tinha as peúgas rotas, mas parece que esse percalço não impediu a sua boa disposição. Também nos lembramos que, conjuntamente com oficiais do «Gonçalo Velho» e camaradas holandeses, fomos uma noite a um dancing, mas as moças, todas holandesas, eram tão altas, quase o dobro da nossa altura, que, se não fora um 2.°-tenente do «Gonçalo Velho» que, em questões de «guinda», nada ficava a perder no confronto, a Marinha de Guerra Portuguesa teria, nessa noite, ficado muito mal vista, pois ninguém a não ser ele, se atrevia a dançar com elas...

Sem mais nada digno de registo, a viagem prosseguiu até Macau.

ESTADIA EM MACAU

Os cartazes com caracteres chineses dependurados profusamente e em confusão por todas as ruas e paredes; a multidão superlotando as ruas em jeito de formigueiro humano, a todas as horas do dia e da noite; o toque-toque dos socos batendo as calçadas e as lajes dos passeios; o barulho das pedras do «mah-cheok», o «fantan», as lotarias em funcionamento permanente e as casas de jogo e de ópio; o «faiti-faiti» dos «coolies» dos «rikshós»; os «tin-tins» com as campainhas e pregões característicos; a graciosidade meiga e tímida das chinesas e a abertura lateral das suas elegantes cabaias deixando adivinhar aveludada pele; o enxame de tancares, onde vive flutuando grande parte da população; os estalidos dos panchões e o cheiro dos pivetes e os dragões de papel do Ano Novo china, foram as exteriorizações macaenses que mais nos impressionaram e, em nosso entender, melhor identificam civilização diferente.

Cerca de quatro meses após a chegada, o navio foi a Hong-Kong limpar o fundo.

Guardamos na memória a grandiosidade daquela imensa metrópole, em parte alcandorada na montanha, com perto de dois milhões de habitantes, e hotéis de categoria que, ainda hoje fariam inveja aos melhores de Lisboa. Em relação a Hong-Kong, Macau não passava de uma aldeia, ou quando muito de uma vila chinesa, mal administrada por portugueses, no dizer de um antigo governador...

CHEIRO A GUERRA

O Japão, que assinara uma aliança militar com a Alemanha e a Itália em 1940, entrando ao lado destes países na Segunda Guerra Mundial, lançou-se numa ofensiva contra os Estados Unidos e a Inglaterra, e em Dezembro de 1941 bombardeou Pearl Harbour, Hawai, Hong-Kong e Singapura.

O ribombar dos canhões e o clarão das explosões, durante o ataque a Hong-Kong, eram nitidamente detectados em Macau.

Em seis meses, os japoneses conquistaram uma área que se estendia da fronteira Indiano-Birmanesa até às terras da Nova-Guiné e que compreendia também as zonas de Macau e de Hong-Kong.

A situação em Macau foi, por esse facto, muito afectada. Toda a sua economia ruiu e as fontes do seu abastecimento normal deixaram praticamente de existir. Macau ficou à mercê dos japoneses, que aproveitavam a situação para pressionar as autoridades portuguesas e obter vantagens políticas e económicas. A soberania portuguesa era mais aparente que real. Chegou-se ao ponto de circularem, em alguns meios, cédulas-notas apenas com o aval do carimbo de uma unidade militar japonesa.

A população, com os refugiados, calcula-se ter ultrapassado os 400 mil habitantes (cerca de 25 mil por quilómetro quadrado). Todos os dias morria gente nas ruas vitimada pela fome e pelo frio. Muitos chineses dormiam indistintamente de dia ou de noite, debaixo das arcadas das ruas, a regímen de quartos, agora tu agora eu, pois, o espaço era pouco em relação à procura. Por isso, não era raro que a presença de mortos na via pública, só fosse revelada e alertada pelo olfato. Corriam boatos de casos de antropofagia involuntária, dos quais, alguns, segundo nos constou mais tarde, chegaram a ser confirmados. As miudezas vendidas por traficantes de rua, como sendo de animais de consumo, eram afinal, algumas vezes, de proveniência humana. Apesar de tudo, não havia ambiente de tragédia. Nada disso; o chinês é calmo, tolerante e muito avesso a exibicionismos inúteis. O movimento das ruas; os jogos, os ruídos característicos do meio e tudo o mais do bulício e da confusão Oriental, mantinham-se inalteráveis. Era assim a vida em Macau nos últimos meses de 1941 e primeiros de 1942.

O «João de Lisboa», fundeado nas águas barrentas do Porto Exterior, varridas durante a noite pelos relâmpagos do farol da Guia, simbolizava o resto da soberania portuguesa no Extremo Oriente.

Como é natural, não se tinha, nem se podia ter, qualquer veleidade de resistência, no caso de ataque japonês...

O navio era, em tais circunstâncias, a única unidade militar que, em razão da sua mobilidade, havia de resistir à destruição ou abandonar Macau, antes que isso acontecesse. Apertava-se o cerco militar, político e económico, condicionando a situação do navio e a atitude dos governantes. Os japoneses aproveitavam as circunstâncias. O «João de Lisboa» oferecia-lhes argumento valioso na sua estratégia de pressões e de vantagens. Impunha-se portanto, quanto antes, o regresso do navio a Lisboa. A rota e o combustível apresentaram-se, de imediato, questões prévias a resolver. O regresso por Oeste, pelos estreitos de Malaca ou de Sunda, exigia autorização dos japoneses. A vinda por Leste, aumentava a necessidade de maior autonomia, o que contrariava as pequenas reservas de combustível existentes.

É então que entra em cena um tal dr. Shushumi, médico japonês e director do Hospital de Siak-Ki, vila chinesa a poucas dezenas de quilómetros de Macau.

Foi no dancing do sexto andar do Hotel Central, na Avenida Almeida Ribeiro, que um encontro aparentemente ocasional, tendo como «isca» uma chinezinha de cabaia ondulante, proporcionou àquele médico japonês, ligações de amizade com um oficial de bordo e, através deste, contactos extra-oficiais, como ele desejava, com o comandante do navio e o governador de Macau. Dizia ter grande influência na Corte Japonesa e por isso, poder ajudar a solucionar as nossas dificuldades de regresso: autorização para a passagem pelo estreito de Malaca e aquisição de combustível. Várias peripécias e encontros se sucederam para negociar a saída do navio de Macau: almoço na camarinha do comandante com a tal chinezinha e o Shushami; conversas com o governador, que também estava interessado em resolver

alguns problemas locais, tais como o do combustível para a Central Eléctrica; fotografia da guarnição para enviar ao Comando Japonês da área de Malaca; promessas e mais promessas com prazos marcados para a sua concretização. Mas quando se aproximavam as datas, o Shushumi desaparecia, para voltar mais tarde com propostas de novas diligências, novos prazos e pedidos de outras contra-propostas de favor (geralmente informação e algodão). E, à sua qualidade inicial, apenas de médico amigo da Família Real Japonesa, ia acrescentando outras de maior importância, acabando, por se intitular adjunto do director Político do Sul da China.

Não sabemos ao certo o que ele representava, realmente, dentro da estrutura política japonesa, mas que, dados os factos ocorridos, exercia, na altura, funções de observador ou de delegado junto do «João de Lisboa», com vista à utilização deste na estratégia política e económica do Japão em Macau, disso sim, estamos plenamente convencidos. E, num jogo de promessas do Shushumi e de retribuições nossas, se passaram alguns meses sem quaisquer resultados positivos. Até que, em Maio de 1942, os Correios e Telégrafos de Macau, cederam ao navio algumas toneladas de gasóleo, o que permitiu encarar o seu regresso pelo canal do Panamá. O inesperado daquela cedência, deve ter colhido de surpresa o dr. Shushumi pois certamente não contava estar o governador muito interessado em mandar para Lisboa 20 praças do Exército que se tinham insubordinado num quartel em terra. Terminou assim, em fracasso, a missão do Shushumi junto do «João de Lisboa». Talvez, por esse e outros insucessos, teria feito «hara-kiri», a acreditar em informações que tivemos mais tarde.

Era um homem muito simpático e de bom trato mas, japonês...

Paz à sua alma!

DE MACAU A NAWILIWILI (ILHA DE KAUAI)

Feito o abastecimento, que incluiu, além do gasóleo, oito bois vivos (as câmaras frigoríficas eram pequenas), e embarcadas as 20 praças do Exército atrás referidas, largámos de Macau, com destino a Honolulu, precisamente um ano depois de ter chegado.

Navegadas cerca de 100 milhas, foi encontrada uma mina à deriva e, no dia 23-5-1942, na posição de 21 graus e 27 minutos de latitude Norte e 145 graus de longitude Leste, o navio foi contactado, de noite, por um submarino não identificado que, após nos ter reconhecido se afastou.

A passagem do meridiano dos 180 graus aconteceu, em 31 de Maio, na latitude aproximada de 21 graus Norte, pelo que esse dia (quarta-feira?) foi de 48 horas. Na antevéspera da data prevista para a chegada a Honolulu, foi recebida ordem para o navio alterar o destino, devendo antes dirigir-se a Port-Allen na ilha de Kauai. Foi uma decepção, como se pode calcular! Honolulu que o turismo transformou num paraíso, era a nossa esperança... Mais tarde, em terra, havíamos de saber as razões da alteração. Ao fim e ao resto, não se justificava o nosso desapontamento, como adiante se verá.

E, sem cartas nem planos de escalas convenientes, se lançou o rumo para aquela ilha.

Na altura, ainda não tinha sido inventado o radar, e o navio, de rádio-ajudas, dispunha apenas de um radiogoniómetro obsoleto, praticamente inoperante. Talvez por isso e porque as rádio-ajudas da época «pouco ajudavam», o problema da navegação, em viagens de grandes singraduras, como a que estamos relatando, tinha muito maior interesse do que actualmente. Às vezes havia até certa emoção! Escasseavam os rádio-faróis, e não existiam, além dos radares, Deccas, Lorans, ou Consols. A girobússula, o radiogoniómetro titubeante e impreciso, e uma sonda acústica de indicador luminoso, eram as ferramentas electrónicas do «João de Lisboa»! Se até de telefonias existiam a bordo apenas duas, uma na câmara dos oficiais, quase sempre avariada, e outra, um poucochinho melhor, na coberta das praças!

Honolulu, era a nossa esperança...

O ponto ao meio-dia, as observações do Sol e das estrelas, e outras operações de navegação costeira é astronómica que usualmente antecedem as chegadas, tinham, por ausência de outros recursos, de ser rodeadas dos maiores cuidados. Todavia, não obstante a escassez de meios, os planos da viagem foram cumpridos e a «aterragem» à ilha Kauai não ofereceu dificuldades de maior, nem foram necessárias artes náuticas especiais para a fazer. Antes de aportar, o navio pairou ao largo, cerca de seis milhas a sul da costa, sendo contactado por vedetas, caça-submarinos e unidades de fiscalização americanas que o orientaram até à entrada do piloto a bordo.

E, mais uma alteração se deu, desta vez a conselho do piloto. O navio seguiu para Nawiliwili, e não para Port-Allen, por ser porto mais seguro e de maiores recursos. A ilha de Kauai encontrava-se em regímen de «black-out» absoluto a partir das 22.00 horas. Foi então que tivemos conhecimento do que se passava, e das razões que motivaram a troca de Honolulu por Nawiliwili. Estava-se no rescaldo do ataque da esquadra japonesa à ilha de Midway, aproximadamente a 600 milhas a Oeste de Kauai. As forças navais e aéreas americanas, que repeliram e deram combate aos japoneses, tinham o seu ponto de apoio principal em Pearl Harbour na ilha de Ohau, a mesma onde se situa Honolulu. É de admitir que o «João de Lisboa» tivesse acompanhado, sem saber, a cerca de 300 milhas a sul, a Força Naval Japonesa que se dirigia a Midway, e até, que o submarino que nos contactou, no dia 23 de Maio, fosse japonês em patrulha no flanco sul daquela Força. Se assim foi, tivemos sorte. Nessa altura Portugal alinhava, ainda que discretamente, com o triângulo Berlim-Roma-Tóquio.

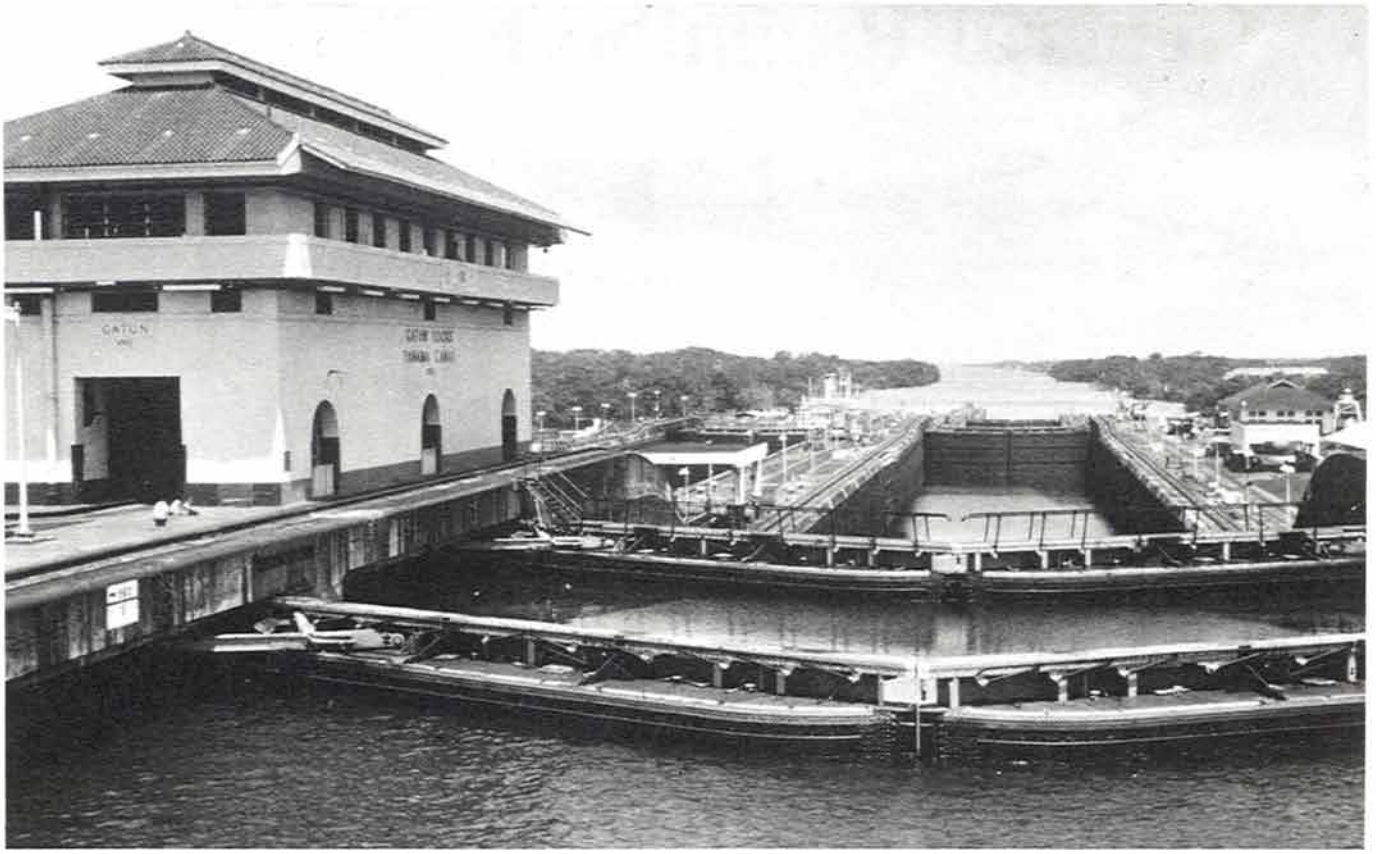
A derrota sofrida pelos japoneses naquele recontro aeronaval, conhecido por batalha de Midway, marcou uma viragem no curso da guerra e permitiu aos americanos retomar a iniciativa no Pacífico.

ESTADIA EM NAWILIWILI (KAUAI)

A ilha de Kauai, também conhecida por ilha Jardim, tem 547 milhas quadradas de superfície e dista aproximadamente 100 milhas de Honolulu (ilha Ohau).

Antes da guerra, a sua população rondava os 400 mil habitantes, dos quais cerca de 40% eram japoneses. Quando da visita do «João de Lisboa», a maioria dos japoneses tinha abandonado a ilha e muitos outros encontravam-se ali detidos por motivos de segurança.

Milhares de portugueses de ascendência açoreana e madeirense praticamente todos naturalizados americanos, desenvolviam a sua actividade no comércio e na agricultura, ocupando, muitos deles, lugares cimeiros nas autarquias locais – presidentes de câmaras, inspectores da Polícia, etc. Tais circunstâncias, proporcionaram à guarnição, durante a sua estadia, convívio muito agradável. Todos os dias o navio era invadido por portugueses



Canal de Panamá. (Foto do cap.-ten. José de Brito Subtil)

que ansiavam respirar o ambiente da Pátria, que nunca esqueciam e continuavam a considerar como sendo realmente a sua. Lembramo-nos de um deles, com figura típica do rural português, encostado à amurada do navio, de olhar arguto e «pirisca» ao canto da boca, afirmar desconfiado:

– Algumas pessoas daqui dizem que o «João de Lisboa» vem fugido da China com medo da guerra, mas eu não acredito, os portugueses nunca fogem...

Claro, isso é mentira, corroborámos nós, perguntando:

– Então, qual é a sua terra?

– Sou de Portugal.

– Mas de onde? – insistimos.

– Dos Açores, de onde é que havia de ser?! – confirmou ele em tom de não poder haver outra alternativa.

Dos passeios pela ilha, temos memória das extensas plantações de ananazes, com dezenas de quilómetros quadrados de superfície, dos colares de flores das hawaianas e dos «alohas» (adeus) de simpatia atirados aos transeuntes.

Entre os frequentes trocadilhos linguísticos com marinheiros em terra estranha, dos quais têm surgido agradáveis ou embaraçosas situações, cabe aqui referir, pela sua graça, mais esta acontecida em Nawiliwili.

Um oficial ávido de compras na cantina naval americana, ao ver aproximar-se da borda um marinheiro, forte, espadaúdo, bamboleante, pensou: cá está o homem que me convém... «Psst, psst, are you the man from cantina?»

– «No I am from «California».

Na véspera da largada realizou-se a bordo um jantar, oferecido aos Comandos Militares da ilha, com música por uma banda americana na tolda. Não assistimos e não ouvimos os diálogos trocados. Mas assistimos à saída dos visitantes e ouvimos um deles, ao despedir-se junto do portaló, dizer alto e bom som:

– «Au fi der zine».

Ficámos um pouco desconfiados e preocupados, pois o Panamá, nosso próximo destino, pertencia ao mesmo distrito naval americano. E realmente, os nossos receios tiveram certa confirmação, como vão ver.

DE KAUAI (MAWILIWILI) AO PANAMÁ

Abastecido o navio de combustível e de mantimentos, incluindo mais bois vivos que vieram render os de Macau que tinham ficado pelo caminho, largámos de Nawiliwili, com destino ao Panamá.

A despedida constituiu uma inesquecível jornada de comovente patriotismo. Em terra, centenas de portugueses acenavam com os lenços e cantavam o «aloha» (adeus). De bordo, respondemos com a Portuguesa.

Até Balboa, nada de especial há a mencionar. Continuámos a ser protegidos por Neptuno, «Rei dos Mares», apesar de não o termos homenageado, conforme é uso e costume, com a típica festa da passagem da linha, quando, da segunda vez, de Batávia para Macau, o navio cruzou o Equador de Sul para Norte. Bom tempo, a monotonia dos quartos e da vida a bordo e... foi tudo. Só o abate dos bois constituía acontecimento que excitava a guarnição e os mais gulosos...

NO CANAL DO PANAMÁ

Nos portos de Balboa e de Colon, situados nos extremos do canal do Panamá, respectivamente do lado do Pacífico e do lado do Atlântico, o navio permaneceu um total de oito dias. Sete atracado ao cais em Balboa e um fundeado ao largo de Colon.

Conforme receávamos, quando atrás assinalámos a despedida do jantar, na véspera da partida de Nawiliwili, as coisas no Panamá não correram tão bem como em Kauai, ainda que as relações oficiais e de cortesia tivessem sido normais.

Simples coincidência? Talvez... a verdade é que, em Balboa, nos foram cortadas algumas facilidades para licenças em terra e, foi apreendido a bordo a um oficial, a pedido das autoridades ame-

(continua na pág. 20)

O General Ramalho Eanes é o 14.º

Continua a ser cumprido o Programa do Movimento das Forças Armadas, no que respeita a eleições.

No dia 27 de Junho o Povo Português foi novamente às urnas, desta vez para escolher o cidadão que, nos próximos cinco anos, será o Presidente da República.

Por inerência do cargo, será também presidente do Conselho da Revolução e chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O eleitorado, em eleições livres e democráticas, como já acontecera para as Assembleias Constituinte e da República e não sucedia à cerca de cinquenta anos, escolheu por larga maioria o general António dos Santos Ramalho Eanes que, no seu manifesto eleitoral, afirmara estarem hoje criadas condições que me comprometo solenemente assegurar e desenvolver, para a realização do grande objectivo nacional defenido na Constituição: garantir o primado do Estado de Direito democrático, abrindo o caminho para uma sociedade socialista no respeito permanente da vontade do Povo Português.

*

Proclamado Presidente da República pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 6 de Julho, o general Ramalho Eanes foi empossado pelo presidente da Assembleia da República, no Palácio de S. Bento, no dia 14 do referido mês, tendo, então, prestado o respectivo Juramento Constitucional.

Após o acto de investidura, o novo Chefe do Estado dirigiu ao Povo Português uma importante mensagem, na qual analisou sucintamente os pontos mais prementes da vida da Nação. Dessa mensagem destacamos os seguintes pontos:

«Este acto de investidura de um Presidente da República, que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus cidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português à opressão e é um marco decisivo na institucionalização da Democracia.

«(...) Foi um duro e difícil caminho de resistência até 25 de Abril em que as Forças Armadas restituíram a este povo o seu próprio país, a este país o seu lugar no Mundo e a si próprias a sua verdadeira função social.

«Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu à tentação de usar o poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da actividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e às metas definidas pelos homens do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os portugueses fossem livres.»

Mais adiante, o general Ramalho Eanes afirmaria:

«Jurei defender a Constituição e cumprirei com fidelidade o meu dever. Mas esse é também o dever de todos os cidadãos democratas e patriotas, e de todos os outros órgãos, instituições e agentes do Estado. Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem, neste iniciar de uma nova era na vida de uma pátria que soube sempre escrever, a seguir a cada crise, uma nova página de grandeza.

Presidente da República Portuguesa

«(...) As Forças Armadas assumiram, ao depor em 25 de Abril um regime antidemocrático, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um Estado participativo. Nos últimos dois anos, o exercício do poder político assentou na legitimidade revolucionária e na fidelidade a um programa que agora se concretiza na própria legalidade constitucional.»

Referindo-se ao sector sócio-económico, o novo Presidente da República diria:

«Cabe ao Governo encontrar os caminhos da viabilidade em que assentam em larga medida os avanços das conquistas das classes mais desfavorecidas, mas todas as forças políticas serão de certo modo responsáveis pela criação de condições que permitam a concretização do programa que esta Assembleia vier a aprovar. Não se espera o monólogo, nem o diálogo de surdos. A consciência da gravidade da situação presidirá à procura de formas de actuação política que, sem prejuízo de uma indespensável actividade política, saibam salvaguardar o essencial para este povo, que é a defesa da paz, da liberdade e de um progresso real e duradouro.

«A recuperação da situação económica, passando por uma política de austeridade, não poderá, porém, limitar-se ao seu aprofundamento, num país que há largos anos detém os padrões de vida mais baixos da Europa, essa Europa que constitui local de trabalho e ponto de referência para mais de um milhão de trabalhadores portugueses.

«A exploração não pode voltar ou continuar onde ainda exista; e esta recuperação não se fará em nenhum caso à custa dos legítimos direitos dos trabalhadores, das suas organizações e associações, e, evidentemente, só os poderá favorecer. Mas para que a economia, a democracia e o próprio País se salvem, é indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam como se impõe (...).»

O Chefe do Estado diria ainda:

«Nos vários sectores de actividade, temos de terminar com quaisquer formas de irresponsabilidade e corrupção, impondo o primado da seriedade e da competência.

«E para atingir todos estes objectivos, precisamos ainda de órgãos de comunicação social que não sejam factores de perturbação, veículos de mentiras, difamações ou injúrias, campos de batalha fomentando a agressividade ou o ódio entre as pessoas, mas que sirvam antes, em todas as circunstâncias, para informar e esclarecer honesta e serenamente, contribuindo de modo decisivo para um consciente empenhamento do povo português nas ingentes tarefas da reconstrução nacional.

«(...) Encerrámos o *ciclo do Império* e eis-nos perante a tarefa de continuar a Pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas. Emergindo da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas do regresso a um passado em que só porventura mudariam os dominadores. Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem.

«(...) Temos de acabar com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio. Temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e os grupos. Temos de banir totalmente as sequelas do fascismo e realizar integralmente o 25 de Abril.»

O general Ramalho Eanes terminaria, afirmando:

«Hoje, como em muitas encruzilhadas da nossa história, o povo português há-de reconciliar-se em torno de um projecto verdadeiramente nacional e erguer um mundo nos limites das suas fronteiras.

«Hoje como sempre que esteve em causa o seu futuro.

«Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro. Saibamos ser dignos do povo a que pertencemos — e que Portugal se cumpra em Portugal.»

M. Horta
Sarg.-aj. L

(continuação da pág. 17)

ricanas, um rolo já impressionado de películas, sem que, para isso, houvesse justificação; e, em Colon, não houve licenças, e o comandante do navio foi detido em terra de forma insólita, durante algum tempo, quando se dirigia, uniformizado, a cumprimentos. A explicação dada pelas autoridades de Colon, de que desconheciam a presença do navio, não parece suficientemente válida, nem convincente. O navio acabava de atravessar o canal, em estado de guerra, com piloto a bordo e, como é óbvio, com o conhecimento de todos os que superintendiam na sua segurança.

Foi portanto nesse dia da chegada a Colon, 11 de Julho do ano de 1942, entre as 07.00 e as 14.00 horas, que, pela primeira vez, um navio de guerra português, o «João de Lisboa», fez a travessia do canal do Panamá, subindo as três comportas de Miraflores, do lado do Pacífico, e descendo as três de Gatun, do lado do Atlântico.

DO PANAMÁ A LISBOA

No dia seguinte, o navio largou de Colon com destino a Lisboa, rumando a passar a Mona Passage nas Antilhas, escalando por Ponta Delgada. De registar apenas a travessia da área marítima conhecida por Mar dos Sargaços, onde realmente, à superfície, foram observadas grandes quantidades daqueles vegetais.
De Ponta Delgada a Lisboa, nada houve que mereça referência especial.

*

Esta viagem ficou célebre no meio naval da época, não por constituir um Quadro Naval de derrota impar, ou ter sido cenário de acontecimentos relevantes, como o de primeiro na travessia do canal do Panamá e de vizinho involuntário na batalha de Midway, mas sim, por desinteligências a bordo entre o Comando e os oficiais, sem gravidade especial, mas muito empolados pela «voz da abita».

VIAGEM DE CIRCUM-NAVEGAÇÃO

PORTOS	P. CHEGADA	P. PARTIDA	DIAS DE VIAGEM	SINGRADURAS	DIAS NOS PORTOS
LISBOA (1)		21-11-940			
PONTA DELGADA (2)	24-11-940	25-11-940	3	783	1
HORTA (2)	26-11-940	3- 3-941	1	149	97
S. VICENTE (3)	7- 3-941	9- 3-941	5	1 300	2
LOBITO (4)	20- 3-941	21- 3-941	12	2 890	1
LOURENÇO MARQUES (5)	1- 4-941	14- 4-941	11	2 500	12
MOÇAMBIQUE (6)	17- 4-941	18- 4-941	4	800	1
BATAVIA (7)	3- 5-941	8- 5-941	16	4 000	5
MACAU (8)	15- 5-941	20- 9-941	8	1 800	103
HONG-KONG (8)	20- 9-941	25- 9-941		50	5
MACAU (8)	25- 9-941	15- 5-942	1	50	257
NAWILIWILI (9)	5- 6-942	12- 6-942	23	4 800	6
BALBOA (10)	2- 7-942	11- 7-942	21	4 500	8
COLON (10)	11- 7-942	12- 7-942	1	40	1
PONTA DELGADA	26- 7-942	28- 7-942	15	3 600	1
LISBOA	1- 8-942		4	783	
TOTAIS	15 SINGRADURAS 12 PORTOS		125 DIAS	28 045 MILHAS	500 DIAS

É certo que, após a chegada a Lisboa, foram feitos dois inquéritos para averiguar das razões que afectaram a boa harmonia a bordo; é certo que, a juventude contestatária e progressista, como agora se diria, dos oficiais, não encaixava na mentalidade das cúpulas de então: em dado passo do despacho lançado sobre um daqueles inquéritos, pode ler-se, relativamente às eleições Presidenciais de 1942: «Nem sequer o dever cívico de votar souberam os oficiais cumprir quando a isso convidados» (isto não obstou, todavia, que os resultados oficiais em Macau clamassem 100 por cento de votantes!); é certo que o comandante, por isto ou aquilo, não quis, ou não soube, limar os atritos, antes pelo contrário. Mas também é certo que, nunca a camaradagem, o espírito de missão e a total devoção de todos ao País e à Armada, estiveram de perto ou de longe em causa, se bem que tal, tivesse sido malevolamente insinuado por alguém.

*

E assim, o «João de Lisboa», fechou a volta ao Mundo, depois de 625 dias de ausência e de percorrer cerca de 28 mil milhas, desfraldando ao vento uma comprida flâmula a roçar ao de leve as serenas águas do Tejo, testemunho de longa comissão, à qual, apesar de todas as condições adversas vividas, se podia acrescentar o sinal do nosso Regimento – «Missão cumprida».

Moura da Fonseca
C.-alm.

Filatelia

SELOS DA GUINÉ-BISSAU

Este jovem País acaba de pôr em circulação um conjunto de seis selos, dos quais reproduzimos três, que mostram os motivos que ilustram a série. Muito interessantes e atraentes, os selos ocupam-se de três datas da sua história: 12 de Setembro de 1924 – nascimento de Amílcar Cabral,

pai da independência; 19 de Setembro de 1956 – dia em que foi fundado o partido que a ela conduziu, e ainda 24 de Setembro – o dia da concretização da sua independência.

É comum a todos os selos o escudo e a bandeira do país, sendo os desenhos e as cores que os ornamentam perfeitos e vistosas.

FILATELIA
FÉRIAS-TURISMO

Não são os meses quentes de verão aconselháveis para se tratar de selos, já que o calor e sequente sudação lhes pode causar danos irreparáveis. Esta é, quanto a nós, a razão mais forte da quase inactividade que se nota nos ambientes filatélicos, à qual se pode acrescentar ainda o tradicional período de férias a aconselhar mudança de ambiente. Contudo, mesmo nesta época, os selos podem ajudar-nos a programar passeios e visitas que permitam rever ou conhecer locais onde se pode juntar o útil ao agradável, conhecendo e repousando.

Muitos dos nossos selos se prestam a isso, sendo a actual série base dos nossos CTT a mais evidente, pois como todos sabem se ocupa precisamente de paisagens e monumentos. De facto há muito por onde escolher. Pode mesmo dizer-se que eles sugerem passeios para todos os gostos e posses.

Além do mais, para se atingirem as localidades que eles referem, necessariamente encontraremos outras onde se pode ainda achar algo que nos encante. Se não quisermos esquecer de todo este nosso «hobby» podemos ainda aproveitar o ensejo para fazer uns postais máximos, ou seja, umas peças filatélicas onde a ilustração, o desenho do selo e o carimbo do correio local estão em concordância e se completam. A sugestão aqui fica.

Nós, está decidido, vamos visitar terras onde a arte e a História de Portugal estão imortalmente presentes.

G. Brandão
2.º-ten. SG

O «CROSS-PROMENADE» (3)

(Continuação)

IV PARTE: TREINO DE RESISTÊNCIA:

Quando tratámos de treinos de velocidade não indicámos como treinar a Resistência Muscular. Fá-lo-emos agora, juntamente com o Treino da Resistência Orgânica, ainda que seja apenas este que, tradicionalmente, constitui a IV Parte do «Cross-Promenade».

Para terminar a sua sessão de «Cross-Promenade» o atleta escolherá qualquer dos seguintes sistemas de treino tendo em vista que o Treino da Resistência Muscular é bastante violento pelo que só deverá ter lugar após o atleta estar razoavelmente treinado.

A. TREINO DE RESISTÊNCIA ORGÂNICA:

Como se sabe a Resistência Orgânica é a qualidade física relacionada com um perfeito funcionamento dos aparelhos circulatório e respiratório. Poderá ser desenvolvida por qualquer dos processos seguintes:

a) Corrida Contínua:

A corrida contínua é desde há muito tempo o melhor processo de desenvolvimento da Resistência Orgânica.

Consiste em correr sem paragens por um período de tempo entre 30 minutos a uma hora e meia, não permitindo que o ritmo das pulsações cardíacas ultrapasse as 150! É claro que um iniciado não terá a noção do ritmo da passada que lhe permita correr *x* tempo sem parar. É pois admissível que se intercalem períodos de marcha sempre que houver sensação de cansaço. Nestas circunstâncias o objectivo do atleta é reduzir, de treino para treino, os períodos de marcha até conseguir correr... continuamente.

Não é vulgar, quando se escolhe a corrida contínua para o Treino de Resistência, que ela constitua uma parte contínua e totalmente separada no «Cross-Promenade», antes se optando por fraccionar o tempo que lhe pretendemos dedicar e distribuir essas fracções entre as várias partes *(«abolindo-se», como é evidente, a IV Parte).*

Assim, se pretendêssemos dedicar 45 minutos para a «corrida contínua» poderíamos correr 15 minutos antes da II Parte, 20 antes da III e 10 minutos depois da III Parte!

b) *Interval-Training*

Este sistema era vulgarmente empregue pelo excelente atleta checoslovaco Zatopeck, sensação dos anos 50 ao vencer, nos Jogos Olímpicos de Helsínquia, as provas de 5000 e 10 000 metros e ainda a Maratona!

Tem a vantagem, em relação à corrida contínua, de produzir efeitos mais rápidos mas, em contrapartida, esses efeitos perdem-se também mais rapidamente logo que se deixe de treinar.

Este treino consiste em repetir 10 a 20 vezes uma distância de 100 metros (ou 200 metros) corridos a uma velocidade de 60% da máxima do indivíduo (entre cada uma das repetições o atleta deverá fazer uma pausa – *andar, marchar, correr suavemente* – entre 30 a 90 segundos.

Expliquemo-nos melhor. Supunhamos que o atleta vai fazer repetições de 100 metros. Se o seu melhor «tempo» nos 100 metros for 13 segundos, ele deverá percorrer essa distância, durante cada repetição, em 21 segundos, pois que isso corresponde a 60% do máximo. Uma «regra de 3 simples inversa» dá-nos este número:

100 (%) ——— 13 segundos
60 (%) ——— x

$$x = \frac{100 \times 13}{60} = 21 \text{ segundos}$$

Mas porquê esta percentagem e porquê a variação de tempo nas pausas?

Porque experiências feitas depois da II Guerra Mundial por Gerscher (treinador) e Reindel (médico) concluiram que os melhores resultados se conseguem quando se iniciaram as repetições a um ritmo cardíaco entre 120-140 pulsações por minuto e se termina a um ritmo não superior a 180!

Aliás, estes «limites» estão em concordância com a Lei de Arnodt-Schultz (Fig. 1):

«Qualquer esforço abaixo das 120 pulsações provoca atrofia dos aparelhos circulatório e respiratório; um esforço entre as 120 e 140 pulsações mantém as condições desses aparelhos; um esforço acima das 140 pulsações (mais abaixo das 180)

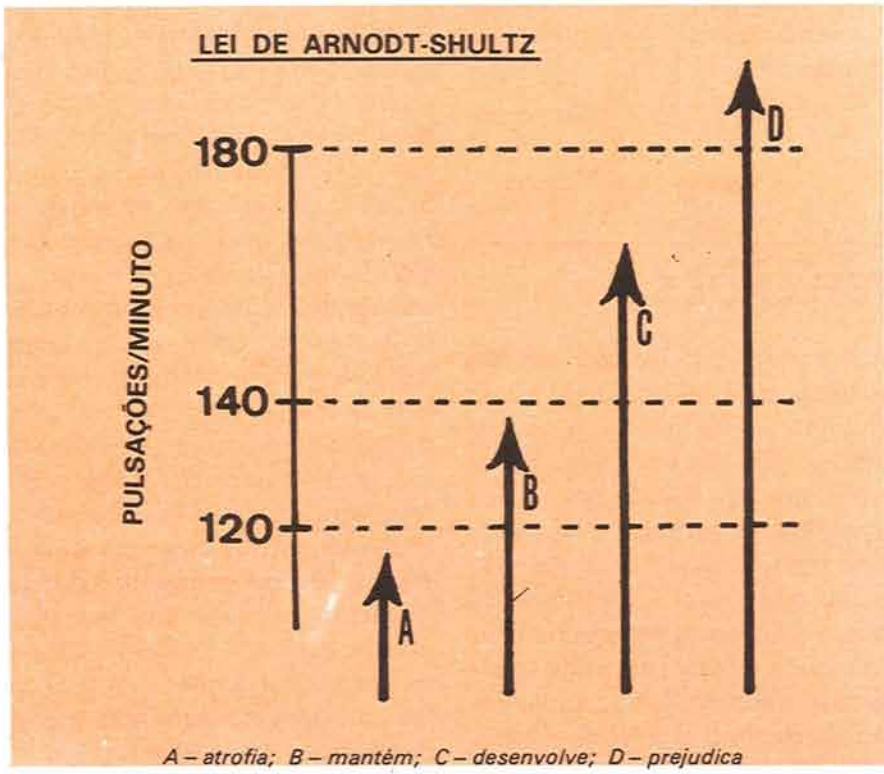


Fig. 1

desenvolve aqueles aparelhos; um esforço acima das 180 pulsações provoca perturbações naqueles aparelhos».

É pois fundamental que cada indivíduo ao terminar cada repetição e pouco antes de iniciar a repetição seguinte faça o «contrôle» das pulsações a fim de dosear o esforço e as pausas por forma a observarem-se os limites de frequência cardíaca mais aconselhados. Para isso basta que cada atleta *conte as pulsações durante 6 segundos e multiplique esse número por 10.*

Esta contagem poderá ser feita utilizando a técnica indicada na Fig. 2:

- *Em repouso* – colocando os dedos indicador e médio sobre o pulso com a palma da mão para cima (1) ou colocando os mesmos dedos no pescoço sobre a artéria carótida (2);
- *Após o esforço* – colocando a palma da mão sobre o lado esquerdo do peito (3).

Para quem vai iniciar-se no «intervall-training» ou para quem se encontra mal preparado fisicamente aconselhamos começar a trabalhar sobre a distância (D) de 100 metros, no tempo (T) de 20 segundos, fazendo pausas (P) de 45 segundos e aumentando diariamente as repetições (R) de 10 até 20.

Se quizermos traduzir estes parâmetros por letras, como é vulgar fazer no «intervall-training», teremos:

D=100 metros;
T=20 segundos;
P=45 segundos;
R=10.

Logo que se atingirem as 20 repetições (o que em princípio demorará 4 sessões) convirá trabalhar na distância de 200 metros, com os seguintes parâmetros:

D=200 metros;
T=40 segundos;
P=20 segundos;
R=10.

A progressão deverá agora atender, na medida do possível, à sequência que se indica:

1.º – Aumentar o número de repetições até chegar a 20;
2.º – Diminuir a pausa (ou torná-la mais activa, isto é, em vez do atleta andar durante o tempo destinado à pausa ele poderá marchar, ou mesmo correr suavemente);
3.º – Diminuir o tempo em que efectua os 200 metros.

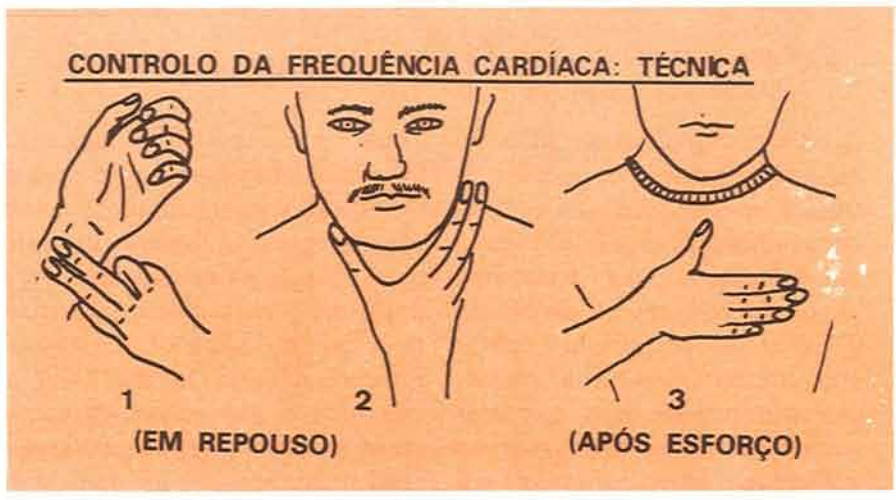
B. TREINO DE RESISTÊNCIA MUSCULAR

Em termos muito simples o esforço muscular pode traduzir-se do seguinte modo:

A energia necessária para o esforço muscular é conseguida pela combustão do «açúcar» (depositado nos músculos) à custa do Oxigénio (O_2) que vamos respirando. Desta combustão resulta *Ácido Lático,* que fica nos músculos, e *Anidrido Carbónico* (CO_2) que é expulso através da respiração. Agora dois casos se podem dar:

1) *O oxigénio que respiramos é suficiente para o esforço que*

Fig. 2



estamos a desenvolver – neste caso o Ácido Lático é reconvertido e novo em «açúcar» que continuará a ser queimado, podendo pois o esforço continuar.

(É o processo característico da «corrida contínua» e que está em estreita relação com a Resistência Orgânica).

2) *O oxigénio que respiramos é insuficiente para o esforço que estamos a desenvolver* – e o Ácido Lático vai-se depositando nos músculos dificultando cada vez mais a contracção muscular até que se é obrigado a parar (é o que se passa nas provas de velocidade prolongada – 200 e 400 metros – e que está em estreita relação com a Resistência Muscular).

Poderemos pois dizer que a Resistência Muscular é a qualidade física que permite prolongar esforços físicos de grande intensidade, acostumando os músculos a contrairem-se mesmo em regime de «acidez».

Para desenvolver esta qualidade física utiliza-se qualquer dos processos seguintes que, voltamos a repetir, só deverão ser utilizados quando já se possui uma razoável preparação.

a) *Velocidade – Resistência:*

Consiste em correr distâncias de 100, 200 (e até 400) metros à velocidade máxima do atleta efectuando pausas de 3 a 6 minutos e realizando-se 3 a 6 repetições.

b) *«Sprints» curtos*
(ou Método Neo-Zelandês)

Consiste em efectuar 10 a 50 «sprints» curtos (20 a 50 metros) intercalados numa corrida contínua suave (1 a 3 km). Pode ser executado com base nos seguintes números e utilizando a seguinte sequência: correr suavemente 70 metros, «sprintar» durante 30 metros, correr suavemente 70 metros (assim conseguiremos efectuar 10 «sprints» percorrendo uma distância total de 1 km).

(Continua)

Sanches de Oliveira
1.º-tenente

REFLEXÕES...

«(...) O indivíduo isolado tem de se bater para existir, para obter um lugar, para assegurar a sua carreira. Em resumo: tem de se impor, em detrimento dos outros e... contra os outros.

«Em todos os sectores da vida social e cultural, instaura-se a competição entre os grupos e os indivíduos, com os inevitáveis efeitos: mito do êxito, agressividade e conflito, egoísmo e narcisismo. O domínio da propriedade privada, fundamento desta competição, reduz a actividade humana a não passar de uma corrida ao lucro, uma acumulação de ganhos e benefícios de todos os tipos.

«A competição é deste modo a própria essência do desporto. A competição desportiva limita-se a transpor para o nível da actividade não-produtiva a competição social.

«(...) Portanto o desporto apenas reflecte o fundamento das relações humanas no capitalismo, pela qual o comércio humano, a coexistência, a troca, só podem fazer-se de modo competitivo...»

(Extraido de «Desporto e Política», edições Delfos)

REFLEXÕES...

«Mas futebol não é só dirigentes e treinadores. Antes pelo contrário. Futebol é, sobretudo, jogadores de futebol. Alguns profissionais. Um profissionalismo que, para uns é o caminho da fortuna desmedida e para outros é sinónimo de miséria doirada.

«Quando o Bayern esteve recentemente em Lisboa para jogar com o Benfica, o seu ídolo Franz Beckenbauer diria que ganhava muito bem, mas que não diria quanto para não criar especulações. Franz, muito bem instalado na vida, futebolista ídolo, cantor para meninas de fotonovelas, Franz, para quem o futebol tem sido uma mina de oiro.

«No entanto, há aqueles rapazes do União de Tomar a queixarem-se. Um grito de alerta. O Kiki não tem botas, o Camolas não tem dinheiro para comer, o Silva Morais diz que anda oprimido, o Bolota lembra que não recebeu os ordenados, o Cardoso diz que os sócios não querem saber dos jogadores, o Raul diz que não dorme a pensar como há-de dar de comer aos filhos, e há jogadores que têm de enfrentar acções de despejo porque não têm dinheiro para pagar a renda da casa.

«Ah, é verdade, e o sr. Franz Beckenbauer que diz ser liberal, também disse: *Não, o futebol não tem nada a ver com a política.*

«Só se for com a política dele...»

(Artigo de Hugo dos Santos, in «Diário» de 9 de Março 76)

TORNEIO DE TIRO DA ARMADA – 1976

Nas carreiras de tiro da Escola de Fuzileiros e da Direcção do Serviço de Educação Física decorreram, em Maio passado, as provas do 1.º Torneio de Tiro da Armada-1976, tendo-se verificado os seguintes resultados:

Prova de espingarda a 100 m

1.º – 1.º-sarg. FZ Madail, BF1, 537 pontos;
2.º – 2.º-ten. FZ Cardoso, FFC, 514 pontos;
3.º – 1.º-ten. FZ Fernandes, BF1, 511 pontos.

Classificação colectiva:

1.º – Batalhão n.º 1 de Fuzileiros, 1552 pontos.
2.º – Força de Fuzileiros do Continente, 1532.

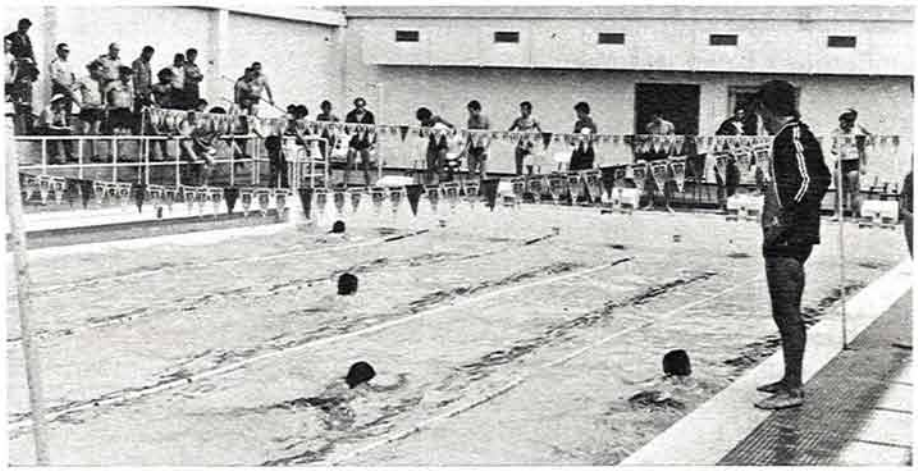
Prova de pistola a 25 m

1.º – 1.º-sarg. FZ Madail, 554 pontos;
2.º – Cap.-ten. Sampaio, 533 pontos;
3.º – 1.º-ten. Allen, 520 pontos.

1.º TORNEIO DE NATAÇÃO DA DSEF

Nos dias 15 e 16 de Junho último, na piscina coberta do complexo desportivo da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, disputou-se o 1.º Torneio de Natação da Direcção do Serviço de Educação Física, ao qual concorreram 47 nadadores que representavam 7 unidades. As provas tiveram como vencedores:

50 m livres – 2.º-ten. Meireles («Cte. R. Ivens»), com 30.1 s;
50 m costas – 2.º-ten. Meireles («Cte. R. Ivens»), com 40.9 s;
50 m bruços – Cabo FZ Gonçalves (Esc. Fuz.), com 41.8 s;
50 m mariposa – 2.º-ten. Meireles («Cte. R. Ivens»), com 37.3 s;



100 m estilos – Sarg.-aj. MQ Leonel (DSEF), com 1 m 30.6 s;
200 m livres – Mar. A FZM Vidal (DSEF), com 3 m 24.8 s;
8×25 livres – Equipa da DSEF, com 2 m 23.1 s.

M. Horta
Sarg.-aj. L

O DESPORTO NA RADIONAVAL «COMANDANTE NUNES RIBEIRO»

Onde há Marinha tem que haver desporto, pois o antigo aforismo «mens sana in corpore sano» tem entre a Armada bom acolhimento.

Assim acontece na Radionaval «Comte. Nunes Ribeiro». A par de vários torneios que aí se têm realizado está em curso um de ténis de mesa e terminou, há pouco, uma competição de futebol de salão. Concorreram onze equipas com os nomes sugestivos que enumeramos: «Os Morteiros», «Os Sete», «Os Mosqueteiros», «Os Velhos», «Os Novos», «Os Águias», «Os Malandros», «Os Críticos», «Os Sargentos», «Os Marinheiros» e «Os Índios». Ora em Monsanto, ora em Algés, o «brioso» pessoal das comunicações viveu com entusiasmo o torneio.

A não deixar esmorecer esse entusiasmo estava o dinamismo do 1.º-ten. Paiva e Pona.

A vitória final coube a «Os Morteiros» como estava bem de ver. É difícil resistir-se a uma boa «morteirada». Dos melhores marcadores há a salientar o Mota, o Vaz, o Valdemar, o Peres e o J. Santos. Entre os guarda-redes é de justiça fazer referência ao Paiva e Pona, ao Branco, ao Dias e ao Pacheco.

Seja como for, vencedores ou vencidos, aconteceu desporto na «Comte. Nunes Ribeiro». E o importante foi isso.

Soube-se perder e soube-se ganhar. E não faltou a entrega de galhardetes e medalhas a que assistiu o director da Estação, cap.-ten. Vidal Abreu.

Fica bem uma palavra de parabéns e incitamento ao pessoal da Estação Radionaval «Comandante Nunes Ribeiro».

Delmar Barreiros
Capelão graduado em 1.º-ten.

Terminologia Naval

ESPAÇO PERDIDO – Diferença existente entre a capacidade cúbica do navio e a quantidade de carga em fardos que pode embarcar.

ESPADA À CINTA – Mastaréu com verga prolongada pronta a cruzar.

ESPADA E GAITA – Em calão naval, uniformizado de espada e chapéu armado.

ESPADA NA MÃO – Expressão usada pelos antigos mareantes para se referirem ao temporal ou vento que desabasse com grande violência.

ESPALHA-CABOS – Peça de madeira cavilhada nas colunas da roda de proa provida de vários furos para passagem dos cabos de manobra.

ESPALHAFATO – Peça de fogo outrora usada, especialmente destinada a lançar projécteis com metralha – latas de espalhafato – latas de secção circular, cheias de pedaços de ferro.

ESPALHO – Afastamento.

ESPALMADA Gacheta simples de quatro cordões.

ESPALMAR – Limpar e beneficiar o fundo do navio ou embarcação depois de o encalhar em lugar apropriado ou inclinando-o convenientemente no mar.

ESPALOMBAR – Termo de calão naval significando dormir, passar pelo sono.

S. Elpídio
Cap.-frag. AN

Reportagem

O RECRUTAMENTO DE 1948 FESTEJOU O SEU 28.º ANIVERSÁRIO

Com cerca de 260 convivas realizou-se no passado dia 29 de Maio, na Casa das Enguias, na Lançada (Montijo), o habitual almoço de confraternização do recrutamento de 1948. Registe-se o número elevado de presenças, entre «filhos da escola» e familiares, que se vem acentuando de ano para ano — 130 presenças em 1973, 145 em 1974 e 150 em 1975.

O repasto decorreu com o costumado bom ambiente, onde a amizade daqueles que há 28 anos se conheceram na Escola de Alunos Marinheiros se vem cimentando ao longo dos tempos. Foi uma jornada de grande alegria em que foram revividos alguns dos bons e maus momentos passados na «Briosa», ambiente a que não foi estranho o esmerado serviço do restaurante Casa das Enguias — passe a publicidade.

CONFRATERNIZAÇÃO DA «ESCOLA» DE 1952

As duas incorporações do ano de 1952 tiveram no passado dia 30 de Maio a sua primeira reunião de convívio. O encontro foi um desfilar de recôrdações e serviu para reatar amizades, criadas há mais de duas décadas, entre aqueles que se afastaram da vida do mar.

A iniciativa, que teve origem num grupo de «filhos da escola», foi bem aceite e deu ocasião para se pensar na organização da comemoração das Bodas de Prata do recrutamento, que decorre no próximo ano.

A concentração da reunião fez-se junto do Museu de Marinha, cujas salas foram demorada e comovedoramente percorridas por todos os presentes. Seguiu-se, então, o almoço de confraternização servido no restaurante «Peixe», actò que serviu de pretexto para troca de impressões entre velhos amigos e camaradas, em que o Sá — com a sua verve de ilhéu — foi o moderador e animador; o cap.-ten. Matos, depois de muito instado disse «coisas»; o enfermeiro Zé da Cruz e o Poças Neves apresentaram alvitres para a nova confraternização.

ACTIVIDADES DO CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

Aspecto da sessão sobre «Segurança nas Praias».

Na colectividade dos sargentos da nossa Armada, no mês de Junho passado, além das actividades normais, destacámos a realização de uma sessão de esclarecimento sobre «Segurança nas Praias», organizada pelo Instituto de Socorros a Náufragos. Apesar da importância de uma sessão deste tipo, das circulares divulgadas pelas unidades e serviços e ainda a publicação em «Ordem» convidando oficiais, sargentos e praças, a afluência foi bastante reduzida, o que nos leva a concluir que as pessoas continuam divorciadas da prática associativa mesmo quando há a preocupação de lhes fornecer informações que visam a salvaguarda da vida humana. Pelo que se ouviu, pelos filmes que se viram, lastimamos que os associados, e em especial os seus filhos, não estivessem presentes.

Com a devida autorização das entidades responsáveis, os familiares dos associados começaram a utilizar a piscina do complexo desportivo da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, dentro do seguinte horário: 3.ªs e 5.ªs-feiras — das 16.30 às 19.00 horas; sábados e domingos — das 11.00 às 19.00. Também os filhos dos sócios, que não saibam nadar, passaram a ter oportunidade da sua aprendizagem sob a orientação dos monitores responsáveis.

Dado que o Clube se filiou na Federação Nacional de Campismo, podem os associados, através da secretaria do C. S. A., solicitar as respectivas cartas ou a transferência daqueles que já as possuem.

Aquando da recente passagem pelo Tejo do porta-helicópteros francês «Foch» e do contratorpedeiro da R. F. Alemã «Hessen», foram as instalações do Clube utilizadas pelos camaradas daquelas Marinhas, com os quais foram praticados sãos e alegres convívios. Foi proporcionada a visita ao primeiro daqueles navios a cerca de 100 alunos e professores da escola secundária Pintor Columbano, do Laranjeiro.

Finalmente, no dia 28, entrou em funcionamento o restaurante da sede, com um serviço que tem merecido os melhores encómios e a preços relativamente baixos.

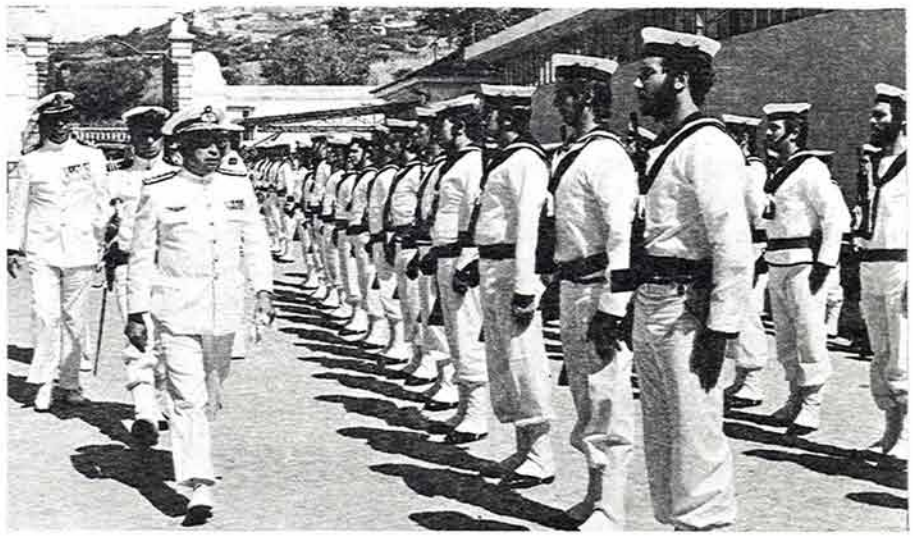
FUZILEIROS DO BF2 EM EXERCÍCIOS DE DESEMBARQUE EM S. TORPES

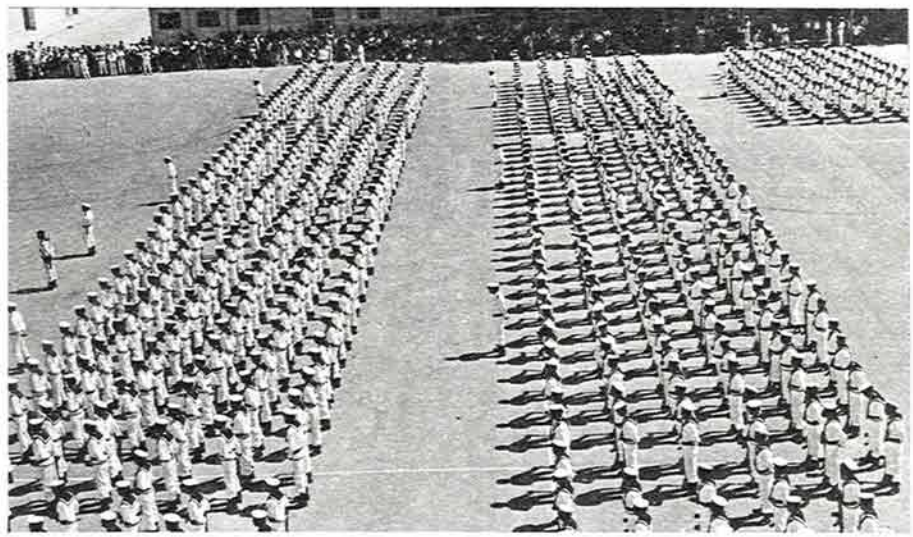
Nos dias 1 e 2 de Junho último, elementos das companhias do Batalhão n.º 2 de Fuzileiros executaram exercícios na área de Sines.

Com o apoio do navio-auxiliar «S. Gabriel» e utilizando LDMs (lanchas de desembarque médias), botes de borracha e armamento ligeiro, os fuzileiros integrados no exercício «Barba Ruiva», em operação final, desembarcaram na madrugada do dia 2 na praia de S. Torpes, ao sul de Sines, e em acções de progressão no terreno «ocuparam» pontos estratégicos, anteriormente estabelecidos, daquela área.

Os exercícios, que decorreram de acordo com o planeado, tiveram a presença de jornalistas e de operadores da TV.

JURAMENTO DE BANDEIRA INTEGRADO NAS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA ESCOLA DE ALUNOS MARINHEIROS





Integrado nas comemorações da passagem do primeiro centenário da Escola de Alunos Marinheiros, realizou-se no dia 4 de Junho passado naquela Escola, em Vila Franca de Xira, o juramento de bandeira da 1.ª incorporação de recrutas do ano corrente.

Presidiu às cerimónias o chefe do Estado Maior da Armada, vice-almirante Souto Cruz, que à chegada recebeu as honras da Ordenança. Estiveram presentes ao acto o chefe do Estado Maior do Exército, interino, general Galvão de Figueiredo; o vice-chefe do Estado Maior da Força Aérea, general Costa Maia; o vice-chefe do Estado Maior da Armada, contra-almirante Leonel Cardoso; os superintendentes dos Serviços do Pessoal, do Material e Financeiros, comodoro Silva Horta, comodoro Filgueiras Soares e comodoro AN Alfredo de Oliveira, respectivamente; o comandante Naval do Continente, comodoro Melo Cristino; o comandante da Escola Naval, comodoro Carmo Fernandes; adidos navais às Embaixadas do Brasil, da Espanha, da França, da Inglaterra, da U. R. S. S., dos E. U. A., da República Federal Alemã, da Itália e da República da África do Sul e outras entidades civis e militares.

Iniciado o acto com a habitual exortação aos alunos, feita pelo 1.º-tenente Alexandre da Fonseca, chefe do Serviço de Instrução, seguiu-se a distribuição de prémios escolares, que foram atribuídos aos seguintes militares:

Prémio Almirante Pereira da Silva ao subtenente SG Luís Ramos; Prémio José Dias Galego ao cabo R n.º 3690, Ferrão; Prémio Elísio da Nova ao 1.º-gr. CM n.º 960/74, Teixeira; Prémio Visconde de Soares Branco ao 2.º-gr. L n.º 755/75, Branquinho; Prémio Aprumo Militar ao 2.º-gr. rec. n.º 514/76, Santos; Prémio Exame Final de Instrução ao 2.º gr. rec. n.º 103/76, Lázaro; Prémio Educação Física ao 2.º-gr. rec. n.º 8020/76, Silva, e Prémio Habilitações Literárias ao 2.º-gr. rec. n.º 417/76, Azevedo.

Após a leitura dos deveres militares e da fórmula do juramento, repetida pelos 720 recrutas, o Batalhão Escolar desfilou perante as entidades presentes. Seguiram-se demonstrações de manejo de armas e de actividades de preparação física.

O vice-almirante Souto Cruz pronunciou a seguinte alocução aos novos marinheiros:

«Comemora-se hoje o primeiro centenário da Escola de Alunos Marinheiros. Entre os pontos altos dessa comemoração a que a Marinha desejou dar o maior relevo, há que incluir o vosso juramento de bandeira.

«Antes porém de referir o profundo significado desse acto, eu desejo expressar a minha enorme satisfação e reconhecimento pela presença aqui, junto de nós, dos senhores generais Galvão de Figueiredo e Costa Maia, assim como de comandantes de unidades do Exército e da Força Aérea, presença esta que é sinal inequívoco de unidade e de coesão entre os ramos das Forças Armadas e entre os seus elementos, todos afinal empenhados numa tarefa comum.

«Quero igualmente manifestar o meu agradecimento aos ilustres adidos de defesa e navais cuja presença nos honra e constitui afirmação de uma cooperação que se deseja cada vez mais estreita.

«A inauguração da primeira Escola de Alunos Marinheiros em 1876, a bordo da corveta 'Duque de Palmela' representa o início de uma nova fase em que a Marinha se procura adaptar aos tempos modernos e à incipiente complexidade técnica dos novos navios.

«Ao ver na minha frente este punhado de marinheiros que acabam de jurar bandeira, espero que venham a participar na reconversão da Armada por que todos ansiamos.

«Sois as primeiras praças da Armada a jurar bandeira já na vigência da Constituição Política elaborada pelos legítimos representantes do Povo, livremente

escolhidos nas eleições de 25 de Abril de 1975.

«A Nação conhece as forças que se moveram para impedir a sua concretização, e todas as dificuldades que houve que vencer e que só foram ultrapassadas pela firme determinação dos militares de cumprir na íntegra a missão que a si próprio se impuseram em 25 de Abril de 1974.

«O 25 de Novembro, pondo termo à instrumentalização de que estavam a ser alvo alguns elementos das Forças Armadas, instrumentalização essa que não mais poderá repetir-se, permitiu que se repusessem as condições de liberdade e democracia que tornaram possível finalizar a Constituição de que justamente nos orgulhamos.

«Temos pois, com alto espírito de missão, em íntima e fraterna colaboração com o Exército e a Força Aérea que zelar pela defesa da Constituição a fim de garantir a evolução gradual e pacífica das nossas instituições, num regime de liberdade e de democracia pluralista, para que o processo social e económico da nossa Pátria se torne em breve numa realidade concreta, estável e duradoira, não permitindo que quaisquer regimes ditatoriais ou autocríticos, venham eles de onde vierem, possam pôr em perigo as vitórias conseguidas que teremos, com o nosso esforço e vigilância constante, de tornar permanentes.

«Tarefa de tão largo alcance apenas poderá ser cumprida por uma Marinha renovada, capaz de executar com eficiência as missões militares de que for incumbida, agindo simultaneamente no âmbito da protecção das vidas e bens de todos os que labutam no mar, da exploração dos seus recursos de pesca e do seu solo e subsolo, desempenhando assim, na reconstrução da nossa economia, hoje tão abalada, o papel de relevo que lhe compete. Impõe-se assim, mais do nunca, uma preparação intensiva do pessoal.

«Muitos dentre vós, dos que hoje juram bandeira, ficarão na Armada, ingressando assim numa carreira que além de exigir muito em dedicação e espírito de sacrifício exige ainda uma crescente e mais complexa preparação técnica, apenas possível de alcançar pela profissionalização consciente dos elementos que a servem.

«Outros, cumprindo o período de serviço militar, regressarão à vida civil, mais ricos de conhecimentos e de experiência, melhor preparados para enfrentar a luta de todos os dias e para dar à colectividade um contributo mais válido.

«Entretanto, e enquanto permanecerdes ao serviço, tereis todos que, através da solidariedade que a vida de bordo e a luta contínua com os elementos naturalmente criam e cimentam, ajudar a erguer uma Marinha de Guerra disciplinada, coesa, impermeável a manobras políticas ou a obscuros jogos de Poder, bem conscientes das missões que lhe competem, tendo sempre como objectivo o serviço exclusivo do Povo Português.

«Do vosso esforço, da vossa permanente dedicação, do vosso entusiasmo, a Nação espera — praças da Armada que hoje jurais bandeira — a intransigente defesa dos seus direitos, da sua independência, da sua dignidade.»

Durante as cerimónias o complexo do G1EA foi sobrevoado, repetidamente, por oito aviões «T-6», da Base Aérea de S. Jacinto.

No final, na messe de oficiais, foi servido um almoço em honra do chefe do Estado Maior da Armada e convidados, a que assistiram oficiais, sargentos instrutores e representantes da guarnição e dos recrutas. Igualmente, foi servido na Escola de Alunos Marinheiros um almoço aos recrutas e seus familiares.

DIA DA FORÇA AÉREA

No dia 4 de Julho, comemorou-se o «Dia da Força Aérea». Não pode a «Revista da Armada» ficar indiferente ao acontecimento dados os laços fraternos que ligam os militares de todos os ramos e as flagrantes afinidades existentes entre a Marinha e a Aviação (A Marinha orgulha-se da sua extinta Aviação Naval).

O programa das comemorações que teve início às 9 horas, constou do seguinte:

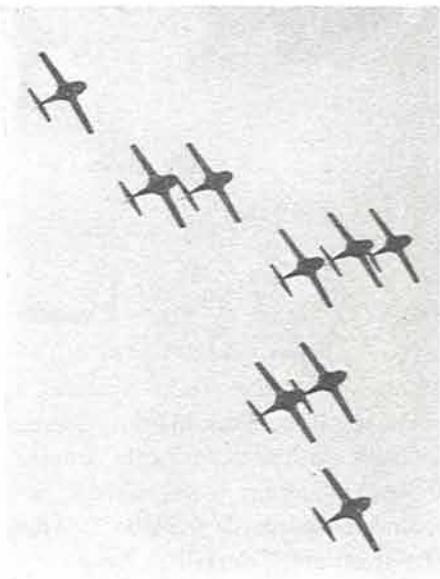
Içar da bandeira na Base Aérea n.º 1, em Sintra, seguido de um serviço religioso de acção de graças.

Exibição musical da Banda da FAP.

Exposição de material aeronáutico, moderno e antigo.

Exposição filatélica, na qual foi utilizado um carimbo alusivo ao aniversário da FAP.

Festival aéreo na Base de Sintra.



O último número do programa, sem dúvida o mais espectacular, realizou-se perante milhares de pessoas que ali acorreram e nele intervieram mais de 100 aviões. Foi patente o alto grau de eficiência do material bem como a destreza, a coragem e a excelente preparação do pessoal de voo.

O espectáculo iniciou-se às 12 horas, com a largada de uma sonda, de bordo de um «Dornier», destinada a dar elementos necessários à largada de pára-quedistas.

Seguiu-se uma demonstração de aviões «Aviocar», fabricados em Espanha, destinados a aterrar em pistas rudimentares.

Depois, evolução de jactos «Fiat-G91», seguida de lançamento de pára-quedistas de bordo de «Nord-Atlas» e de helicópteros «Allouette 3», estes em queda livre e de mãos dadas, desenhando uma cruz.

Entre as duas largadas de pára-quedistas efectuou-se uma demonstração de voo com helicópteros «Allouette 3» em que foi visível toda a gama das suas possibilidades, que são muitas.

Três helicópteros «Puma», pousaram para desembarcar, com uma notável ra-

pidez, dois «Unimogs» (viaturas para todo o terreno) e um grupo de combate. Seguidamente exibiram-se, em formação, vários tipos de aviões: «T-6», «F-86», «T-33», «Fiat» e «T-37», os quais realizaram um magnífico espectáculo de acrobacia.

Finalmente dois «Mirage F-1», franceses, vindos de Toulouse, para se associar às comemorações, entusiasmaram a assistência com a sua exibição.

É interessante assinalar que no fim do festival, aviões «Dakota» e «DC 6» foram utilizados para baptismo de voo, tendo sido muitas as pessoas que os utilizaram e, mais ainda, as que o não puderam fazer por falta de tempo. A «Revista da Armada» felicita calorosamente os camaradas da FAP pelo brilho das comemorações do seu aniversário, desejando-lhes as maiores felicidades.

O CHEFE DO ESTADO MAIOR DA ARMADA NUMA REUNIÃO NATO EM BRUXELAS

Realizou-se em Bruxelas, no Quartel General da NATO, nos dias 10 e 11 de Junho último, a reunião bi-anual do Comité dos Planos de Defesa a nível ministerial.

Nessa reunião estiveram presentes os ministros da Defesa dos países NATO, tendo representado Portugal o vice-almirante Souto Cruz, por delegação do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Entre os assuntos versados de muito interesse para o nosso país, sobressaiu o problema dos «objectivos de forças», problema esse intimamente relacionado com a reestruturação das nossas Forças Armadas, tendo o vice-almirante Souto Cruz feito várias intervenções que classificaram o modo como Portugal poderá aumentar o seu contributo no âmbito da Aliança. Foi referido também que, para o efeito, se torna necessário um efectivo apoio a nível multilateral ou bilateral.

À margem da reunião, o chefe do Estado Maior da Armada teve encontros com altas individualidades militares onde, mais uma vez, se constatou o interesse que Portugal desperta e a alta conta em que é tido o chefe da nossa Corporação.

INAUGURAÇÃO DO CENTRO DE COMUNICAÇÕES DA ARMADA

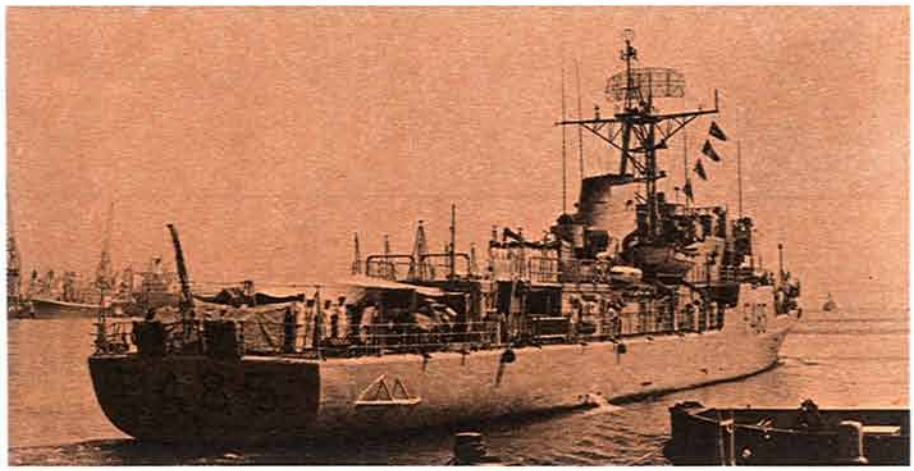
No dia 15 de Junho último, em cerimónia simples mas de grande significado, procedeu-se à inauguração oficial do novo Centro de Comunicações da Armada, a funcionar no edifício do Ministério da Marinha.

Estiveram presentes ao acto o vice-almirante Souto Cruz e o contra-almirante Leonel Cardoso, chefe e vice-chefe do Estado Maior da Armada, respectivamente; os comodoros Silva Horta, Filgueiras Soares, Alfredo de Oliveira e Melo Cristino, superintendentes dos serviços do Pessoal, do Material e Financeiros e comandante Naval do Continente, respectivamente; os directores do Serviço de Electricidade e Comunicações, das Infra-estruturas Navais, da Armada de Transmissões do Exército, do Serviço de Electricidade e Telecomunicações da Força Aérea, bem como diversos outros oficiais superiores da Armada. Como convidados especiais, por terem estado directamente ligados à montagem do Centro, os vice-almirante Tierno Bagulho, presidente do Supremo Tribunal Militar; contra-almirante Almeida d'Eça, adjunto do chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas, e contra-almirante Dias Martins, adjunto do chefe do Estado Maior da Armada. Presentes também os oficiais que pertencem ao grupo de trabalho ETARM (Equipamento Telegráfico Automático de Retransmissão de Mensagens).

No decorrer da cerimónia, o director da DSEC, capitão-de-mar-e-guerra Matos de Vasconcelos, usou da palavra para historiar o ETARM e, posteriormente, proceder à entrega simbólica do equipamento da nova Unidade. Seguidamente, o capitão-tenente Gonçalves Vintém, director do Centro, em pormenorizada exposição, acompanhada de ajudas visuais, explicou o funcionamento do sistema. Também o 1.º-tenente Frade de Almeida, chefe do Serviço de Manutenção, forneceu dados técnicos específicos.

Antes da visita das novas instalações do CCA, o chefe do Estado Maior da Armada dirigiu palavras de louvor para quantos ergueram tão sofisticado projecto e estímulo para quantos o terão de dirigir.

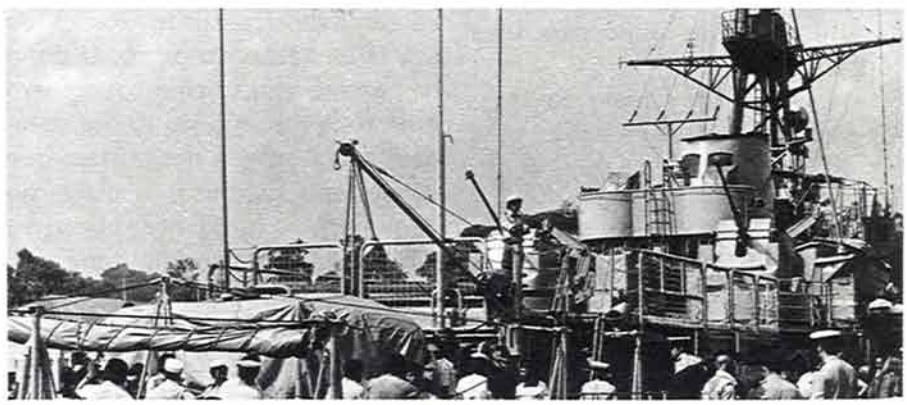
UMA FORÇA NAVAL PORTUGUESA NAS COMEMORAÇÕES DO BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS



Comandada pelo capitão-de-mar-e-guerra Nunes da Silva, largou da Base Naval de Lisboa, no Alfeite, no dia 22 de Junho passado, uma Força Naval constituida pelas corvetas «Afonso Cerqueira» e «Honório Barreto» com destino ao porto de New York, onde se juntaria ao navio-escola «Sagres» e ao iate «Vega», os quais tomaram parte na regata transatlântica Tenerife-Bermuda-Newport, a fim de representar a Marinha de Guerra Portuguesa na revista naval integrada nas comemorações do bicentenário da independência dos Estados Unidos da América do Norte.

Aquelas corvetas, que são comandadas pelos capitães-tenentes Silveira e Cunha e Bentes Marcelo, respectivamente, e em que embarcaram aspirantes da Escola Naval, cadetes do CFOSE e alunos do Colégio Militar, além de New York visitaram Ponta Delgada, Filadélfia, Baltimore, Fort Lauderdale, Guiana (Venezuela) e Funchal, estando prevista a chegada ao Tejo para o dia 15 de Agosto.

A CORVETA «OLIVEIRA E CARMO» REGRESSOU DE TIMOR



Aguardada por muitos familiares dos elementos da sua guarnição, atracou cerca das 9 horas do dia 23 de Junho último na Base Naval de Lisboa, no Alfeite, a corveta «Oliveira e Carmo» de regresso de comissão de serviço nas águas de Timor, para onde havia largado em Dezembro passado.

Este navio, sob o comando do capitão-tenente Pessoa Brandão, na sua missão no mar de Timor teve como base o porto de Darwin, na Austrália, de onde partiu, de regresso ao Tejo, no dia 24 de Maio.

CONVÍVIO NO CLUBE MILITAR NAVAL

Na noite do passado dia 25 de Junho, realizou-se nas instalações do Clube Militar Naval num convívio em torno da obra do poeta António Aleixo a que assistiram cerca de três centenas de sócios, familiares e seus convidados.

Para descreverem o que foi a obra do poeta António Aleixo, a Direcção do CMN teve a honra de convidar as duas personalidades que melhor conheceram o poeta em vida: o dr. Joaquim Magalhães, principal responsável pela recolha e promoção da obra do poeta, e Tossan que acompanhou António Aleixo durante a sua estadia em Coimbra.

Depois desta exposição, começou a ser servida a ceia e foram as sardinhas bem regadas e o fresco do jardim que mais atraíram os convidados.

Enquanto decorria a ceia, o conjunto «Tema 5» lançava para o ar os «melodiosos sons dos tempos modernos» e foi a vez da juventude, que muito saltou durante toda a noite.

Passaram ainda pelo Clube convidados pela Direcção, Carlos do Carmo, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paredes e o Conjunto Outubro. As maravilhosas canções que cantaram e tocaram foram muito aplaudidas por todos os presentes. A festa acabou de madrugada com todos os convidados a beberem o já tradicional cacau.

(Colaboração do Clube Militar Naval)

Quarto de Folga

QUEM FIZER MAIS BARATO É QUEM GANHA

Não sei se já repararam que, se em Portugal se endireitarem e puserem como deve ser um certo número de coisas, o País perde toda a graça!

Deixamos de ter razão para rir, para desopilar o fígado, para ficar com a noção do quanto vale a pena dar uma boa gargalhada, porque só a rir é que a vida vale a pena.

Ora, senão, reparem nesta história autêntica que tenho para lhes contar.

Numa vilória da vetusta de Trás-os-Montes, província onde vi a luz do dia, aconteceu que, como em qualquer outra parte, subiu o preço da gasolina. Até aqui não há nada de especial, mas acontece que o comboio, do ramal que serve a vila, passa a uma data de quilómetros de distância, isto é, está lá uma estação com o nome pomposo da vila, mas esta fica distanciadíssima da estação que ostenta o seu nome.

Há muitas outras assim, porque o traçado da linha férrea foi feito no tempo das grandes influências pessoais, que tiveram poderes para, até em alguns casos, fazerem o comboio dar uma grande volta para poupar uma simples oliveira da propriedade do senhor importante. Há quem lhes chame «bons velhos tempos» e lhes dedique uma saudade de legitimidade duvidosa. Adiante...

No tempo em que o caso teve lugar, já há um bom par de anos, as coisas passaram-se assim:

Como subisse a gasolina, o proprietário da camioneta que se encarregava dos transportes do correio, gentes e coisas, da estação para a vila e vice-versa, considerando que ia todos os dias à estação por causa do correio, pois que por motivo das gentes e coisas, só o fazia se houvesse serviço ou algum outro motivo justificado, apresentou-se nos Correios, declarando que não mais fazia carreiras sem que aumentassem o pagamento das que fazia todos os dias, ao fim e ao cabo, por causa do correio. Aquilo foi notícia. Não se falava noutra coisa. Dividiram-se as opiniões. Argumentou-se contra e a favor. No café e nas tabernas não se largava o assunto. Razão de um lado, razão do outro. O dono da camioneta, firme que nem uma rocha, não arriou uma polegada. Os Correios declararam que só podiam modificar o preço do pagamento, mediante concurso público, ao qual podia concorrer qualquer outro transporte e que ganharia quem fizesse mais barato.

Fez-se o concurso público.

Decorreu o tempo de espera do costume. No último dia havia duas propostas lacradas. Foram abertas perante um júri, para as apreciar: uma, a da antiga camioneta que passava a fazer o serviço por um novo preço, mais caro evidentemente, mas razoável e justificado; outra, a de um burro, que faria o transporte do correio por menos cinco tostões.

Ganhou o burro. Fazia mais barato... e o concurso era para se cumprir.

Resultado:

a) Como o burro andava muito mais devagar que a camioneta não mais o correio pôde ser distribuído no dia da chegada, pois o burro chegava sempre tarde e a más horas, muito depois da repartição dos Correios fechar, isto é, uma carta do Porto levava três dias a chegar.

b) Quando o tesoureiro da Fazenda Pública mandava ou recebia dinheiro em quantidade apreciável, via-se obrigado a requisitar a G. N. R. para escoltar o burro, o que fazia o Estado dispender dinheiro por ajuda de deslocação, isto é, ajudas de custo para os guardas, do que resultava «vai-te ganho que me dás perca».

Em tais dias o burro tinha «escolta de alta personalidade» e o povo da vila ia-o receber com grande gáudio: – pelas funções e salvo o devido respeito, era um grande funcionário público.

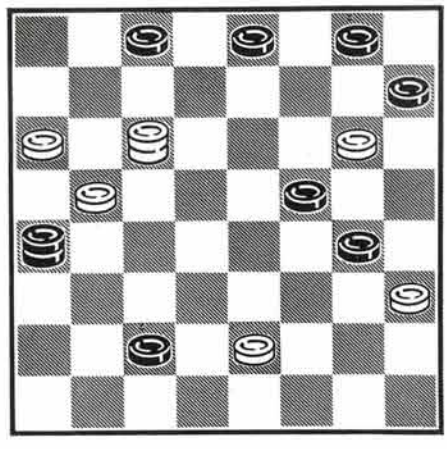
Não sei quanto tempo aquilo durou, mas prestou-se para grandes galhofas.

Os transmontanos sabem rir-se de si próprios.

Capt. Zurara

DAMAS

(Solução no próximo número)

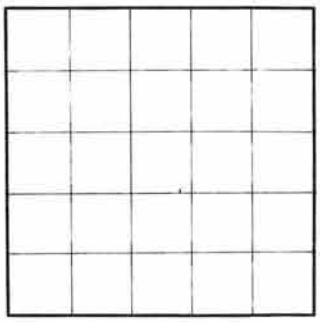


Jogam as brancas e ganham.

CONCURSO N.º 59

(Sorteio de um prémio entre as respostas certas).

QUADRADO MÁGICO



O presente Quadrado Mágico tem 25 elementos, a constante 65 e o módulo 5.

A soma dos números em qualquer linha é igual à soma dos algarismos de qualquer coluna, bem como a das diagonais.

O autor, como pequeno auxílio para a solução do problema, acrescenta que os números que figuram numa das diagonais são consecutivos; na outra diagonal... encontram-se numa progressão aritmética, que o leitor determinará.

(Solução no próximo número)

Ferreira da Silva
1.º-sarg. AP

ARITMOGRAFIA

7	x		+		:		=3
+	■	x	■	x	■	+	■
	x		+		:		=1
-	■	+	■	:	■	+	■
	x		-		+		=4
:	■	-	■	+	■	-	■
	-		x		:		=4
=1	■	=0	■	=9	■	=5	■

Complete os espaços em branco com os algarismos correspondentes aos cálculos aritméticos a que respeitam os totais mencionados na coluna da direita e na linha de baixo.

(Solução no próximo número)

M. Horta
Sarg.-aj. L

SABE?

1 – A loxodromia ou linha de rumo constante foi estabelecida por:
- Pedro Nunes;
- Jaime de Maiorca;
- Garcia de Orta.

2 – O «Roteiro Geral dos Mares, Costas, Ilhas e Baixos Reconhecidos no Globo» foi escrito no século passado por:
- António Lopes da Costa Almeida;
- Henrique Lopes de Mendonça;
- Carlos Dinis.

3 – A Ilha do Cavalo é um abaixo situado num rio português:
- Douro;
- Tejo;
- Sado.

4 – A pequena âncora usada nas embarcações miúdas tem o nome de:
- Ancorete;
- Ancoreta;
- Ancorote.

5 – O «Dicionário Ilustrado de Marinharia» foi escrito por:
- A. Gregório de Freitas;
- A. Marques Esparteiro;
- A. Soares de Oliveira.

6 – A unidade monetária do Camboja é o:
- Kiat;
- Riel;
- Won.

7 – O valão é uma língua falada na:
- Suíça;
- Bélgica;
- Holanda.

8 – O primeiro produtor mundial de ouro é:
- África do Sul;
- Os Estados Unidos.
- A União Soviética.

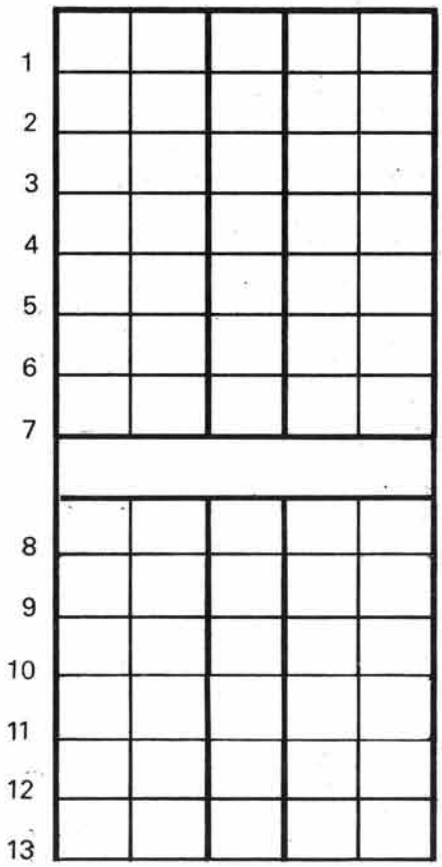
9 – Edmundo Pereira, oficial da Armada que foi campeão de Portugal de box amador na categoria de pesados é da classe de:
- Marinha;
- Serviço Geral;
- Administração Naval.

10 – A nota de 500$00, actualmente em curso no nosso País, apresenta a efígie de um monarca que muito se interessou pelas descobertas;
- D. Manuel I;
- D. João II;
- D. Afonso V.

(Solução no próximo número)

SEASA
Cabo aux.

PILHA DE PALAVRAS



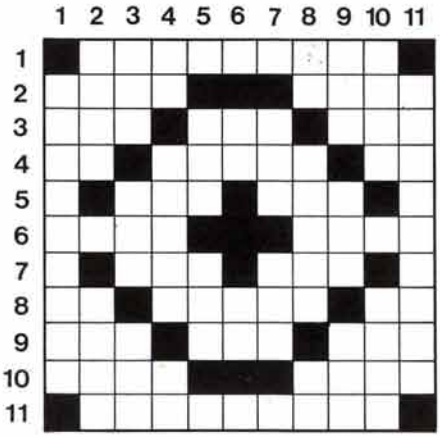
1 – Desordem. 2 – Névoa. 3 – Teima. 4 – Entornar. 5 – Mantilha. 6 – Auroque. 7 – Intrujice. 8 – Sova. 9 – Macaco. 10 – Mago. 11 – Logro. 12 – Fartum. 13 – Clamor.

Depois de resolvido este passatempo, na coluna central, o leitor encontrará o nome de duas vilas situadas no distrito de Aveiro. Este problema tem a particularidade de as palavras se iniciarem pela letra «B».

(Solução no próximo número)

Basto Carreira
Cap.-m.-g.

PALAVRAS CRUZADAS

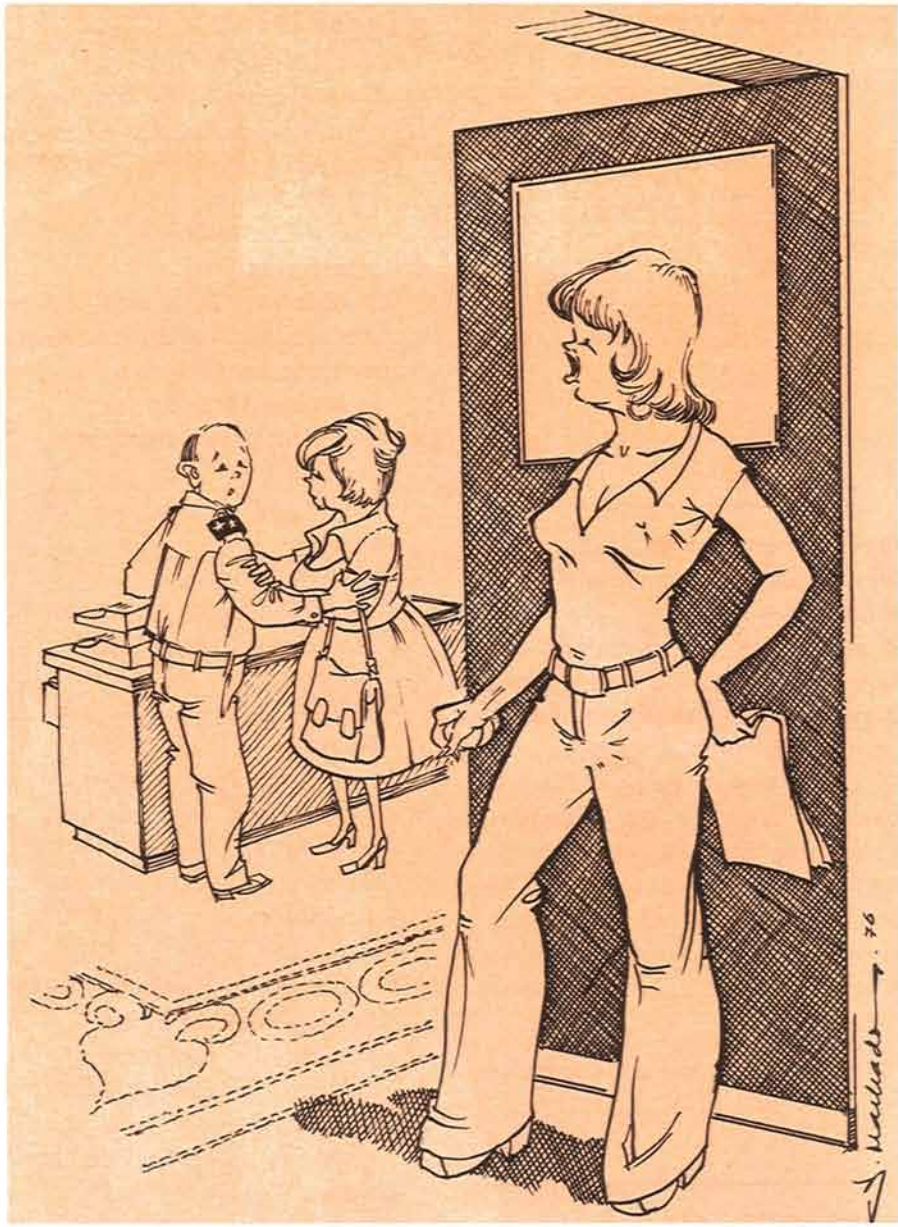


HORIZONTAIS: 1 – Exsudação açucarada produzida por certos eucaliptos (pl.). 2 – Espécie de lagosta; mais adiante. 3 – Unidade das medidas de capacidade em Damão; matéria; composição poética. 4 – Tumor; parvo; art. antigo. 5 – Em defesa de; base aérea. 6 – Igual; paraíso terreal. 7 – Membro do corpo de um animal; ata. 8 – Sol entre os egípcios; qualquer mineral formado de grãos mais ou menos redondos; símbolo químico do átomo. 9 – Eiró; mas; preposição. 10 – Nome de uma ópera; argolas. 11 – Besoiro.

VERTICAIS: 1 – Trapaça. 2 – Mamífero roedor chamado também lebre das Pampas (bras.); acto de mirar (inv.). 3 – Período; ponta aguçada; poema dividido em estrofes simétricas. 4 – Lado do vento; palavreado; outra coisa. 5 – Alimento feito com farinha; patrão. 6 – Nome de antiga nota musical; andar. 7 – Saudável; joeira. 8 – Apelido; pássaro dentirrostro africano; abreviatura de nada ou não (inv.). 9 – Gavinha; nome feminino; artigo. 10 – Avidez (fig.); leva a reboque. 11 – Explosivo de grande potência que se emprega no carregamento de granadas (pl.).

(Solução no próximo número)

Carmo Pinto
1.º-sarg. H



– Ah! Apanhei-o a beijar a sua mulher! Pois então, arranje outra secretária!...

SOLUÇÕES

PALAVRAS CRUZADAS

(Solução do problema do n.º anterior)

HORIZONTAIS: 1 – Que; biscate; ave. 2 – Unos; roída; aços. 3 – Ia; uma; nem; ut. 4 – Abade; atrai. 5 – Tá; am; ro; MD. 6 – Alti; Elói. 7 – Liam; ré; Ur; novo. 8 – Arável; fastio. 9 – Arei; soar. 10 – Casa; norma; real. 11 – Ai; mãos; osga; Ga.

VERTICAIS: 1 – Quintal; oca. 2 – Una; alia; aí. 3 – Eo; taras. 4 – Sublimaram. 5 – Má; vê. 6 – Irada; reino. 7 – Só; em; el; os. 8 – Cl. 9 – Ad; ar; uf; mó. 10 – Tanto; rasas. 11 – Er; só. 12 – Amamentara. 13 – AC; Loire. 14 – Vou; movo; Ag. 15 – Estádio; ala.

"Novo reino que tanto sublimaram"

SOLUÇÃO DO CONCURSO N.º 58

Roma. Brindisi. Nápoles. Livorno. Génova. Veneza. Turim. Milão. Verona. Parma. Ferrara. Florença. Pádua. Ravena. Catania. Bolonha. Trieste. Pisa.

VENCEDOR: Maria Helena Loureiro, funcionária da C.N.E.P.T.M.

NAVIOS QUE ESTIVERAM NO TEJO

A moderna fragata inglesa «Amazon», cuja propulsão é feita por turbinas a gás, que visitou Lisboa em Março último.

Praias do Algarve

(Fotos do cap.-Ten. AN Caeiro Junça)

Praia da Coelha

Tarde de Inverno em Albufeira

Arranjo das redes em Armação de Pera